Primeira Parte - Do sertão ao território:
Ocupação e políticas do espaço nas Minas Gerais
**Capítulo 3 - A instalação do poder civil e a
fundação das primeiras vilas (1709-1730)**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. A instalação do poder civil e a fundação das primeiras vilas (1709-1730). In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 131-176. ISBN: 978-85-423-0307-0.

<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0007>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A INSTALAÇÃO DO PODER CIVIL E A FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS (1709-1730)

Em um parecer de 1709, o conselheiro Antônio Rodrigues da Costa sintetizava de maneira notável as teorias e as práticas políticas que guiavam as relações entre o rei de Portugal e seus vassallos – especialmente os da colônia:

Nem se pode esperar que de uma multidão de gente confusa e sem lei, sem ordem, nem obediência, sem temor dos magistrados, sem receio do castigo e sem esperança de prêmio, que o príncipe possa tirar dela tributo ou conveniência alguma, mas antes desobediências e desatinos, e da omissão ou do descuido em remediá-los, a indignação divina, que em nenhuma coisa é tão pronta e evidente como nas faltas de justiça, pelas quais promete Deus destruir os reinos e monarquias, de que temos tão lastimosos exemplos, antigos e modernos (...).¹

Governar de forma justa e assegurar o bem-estar dos súditos, bem como a “conservação” e o “aumento” do reino, constituíam as principais atribuições e obrigações dos reis; a “boa administração da justiça” e o “bom governo político” eram o “fim último de todas as repúblicas, e a principal obrigação dos príncipes, sendo esta a causa final para que foram constituídos por Deus e pelos povos”.²

O soberano detinha a prerrogativa de punir e perdoar – como um “pai” diante de seus “filhos” –, mas também a de recomendar a lealdade e os serviços prestados por seus vassallos,

concedendo-lhes mercês e benefícios. Segundo o mesmo conselheiro, a conservação dos Estados consistia, sobretudo, “no amor e na afeição dos súditos”; se estes vissem os reis como “pais e não como senhores”, seriam fiéis servidores da Coroa, capazes de realizar grandes esforços e de enfrentar os maiores perigos para estender o seu império.³

Com efeito, a soberania portuguesa sobre o conjunto de suas conquistas apoiava-se em um pacto político. A Coroa transferia às câmaras coloniais – ou seja, aos próprios colonos – o dever e os custos de povoamento e defesa; eles deviam explorar e ocupar os sertões, livrando-os de populações indesejáveis e “selvagens”, construir e conservar as fortificações, remunerar os soldados. Em troca de tais “provas de amor e lealdade”, esperavam que o rei se mostrasse compreensivo e generoso, estabelecendo impostos justos e concedendo privilégios e postos honoríficos aos súditos mais fiéis e valorosos.

No entanto, para que este pacto no qual se baseavam as relações entre a metrópole e os colonos funcionasse, era preciso que houvesse instrumentos coercitivos – ou seja, uma estrutura judiciária –, mas também mecanismos e espaços de comunicação e negociação.⁴ Foram as câmaras que, em grande parte, preencheram ambas as exigências, administrando a justiça em primeira instância e constituindo “espaços de manifestação para a opinião pública, e uma válvula de escape para exprimir o descontentamento local em relação às políticas fiscais da Coroa”.⁵

Além dos esforços empreendidos na instalação oficial da religião católica e do “governo cristão”⁶ no novo território, desde o fim do século XVII, os governadores do Rio de Janeiro (capitania à qual a zona mineradora esteve subordinada inicialmente) adotaram medidas no sentido de submeter a população heterogênea e turbulenta que ali se instalava. Estas medidas visavam também implantar um sistema de coletas do dízimo e dos quintos. Mas foi em 1709 que a Coroa decidiu tomar o controle da região de maneira efetiva, através de um projeto de estabelecimento de um “governo civil e militar”. Este consistia, basicamente, na estruturação da justiça e da fiscalidade, a partir da criação de circunscrições ao mesmo tempo judiciárias e administrativas: as comarcas (vastos territórios controlados pelos ouvidores) e os concelhos, que na maior parte dos casos tinham uma vila por sede.

Os concelhos de Minas Gerais foram criados em sucessivas levas, com intervalos variáveis, mas é possível identificar dois momentos principais. Durante o período de 1711-1730, a criação de câmaras visava, sobretudo, à implementação de estruturas fiscais e sua otimização, mas respondia também à necessidade de acalmar as disputas que opunham diversas facções de habitantes nas Minas. Da mesma forma, as vilas criadas entre 1789 e 1814 – que serão abordadas no próximo capítulo – estão relacionadas aos conflitos de poder local e à política fiscal da metrópole; no entanto, devem também ser associadas aos projetos de reforma administrativa e judiciária concebidos para a metrópole a partir de 1790, bem como aos conflitos territoriais concernentes à delimitação das fronteiras da capitania de Minas Gerais. Durante o longo intervalo entre estes dois períodos – quase sessenta anos –, outros tipos de circunscrições e estruturas judiciárias foram criados para atender às regiões distantes das sedes dos concelhos.

AS VILAS E AS REBELIÕES

Durante os primeiros decênios do século XVIII, a América portuguesa foi sacudida por uma série de rebeliões fiscais e de revoltas que desafiaram as autoridades coloniais. Não cabe aqui abordar cada um destes movimentos, ocorridos em diferentes regiões da colônia: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais. Lembremos apenas que se tratava de reivindicações setorializadas, já que a ideia de uma unidade entre as diferentes partes que compunham a América portuguesa era, então, muito menos clara entre os colonos do que entre os homens que os governavam a partir da metrópole.⁷

Observemos, ainda, que tais sedições não indiciavam polarizações entre “explorados e exploradores”, ou seja, entre a Coroa, de um lado, e os vassalos, de outro.

Naquela época, a sociedade da América portuguesa já era suficientemente complexa para abrigar tensões e conflitos variados, nem sempre redutíveis a meras oposições. Assim, colonos se engalfinharam com colonos, e autoridades da metrópole se opuseram a companheiros de administração.⁸

Devido à importância econômica e demográfica da região, os conflitos nas Minas Gerais preocuparam bastante as autoridades metropolitanas. No primeiro, a chamada Guerra dos Emboabas,

diferentes grupos sociais confrontaram-se no interior da região mineradora. Este conflito transformou-se em uma verdadeira guerra civil que durou dois anos (1707-1709) e obrigou a Coroa a intervir de modo efetivo na região. Em seguida, ocorreram outras rebeliões de curta duração, em diferentes zonas de Minas Gerais.

As insurreições mineiras constituem um tema amplamente abordado em obras sobre a história geral da capitania, assim como em trabalhos dedicados especificamente a estas questões, publicados na última década.⁹ Não pretendemos, pois, acrescentar qualquer novidade a este respeito, mas apenas evidenciar as relações entre o contexto político e social instável da capitania e a formação da sua rede administrativa. Em outras palavras, estas rebeliões interessam-nos na medida em que elas influenciaram a percepção dos governantes sobre o papel das vilas – ou seja, das câmaras – e sobre as vantagens ou desvantagens de sua criação.

OS CONFLITOS LOCAIS E OS PROJETOS METROPOLITANOS

Até 1709, a zona mineradora estava submetida à autoridade dos governadores da capitania do Rio de Janeiro. Artur de Sá e Menezes, que exerceu esta função entre 1697 e 1701, foi o primeiro representante da Coroa a visitar a região, depois de enfrentar uma longa e “difícil” viagem de trinta dias.

De fato, antes que o Caminho Novo fosse aberto e ligasse a cidade do Rio de Janeiro diretamente às minas, os viajantes deviam, primeiramente, navegar em direção ao sul, margeando a costa até Parati – em pequenas embarcações que nem sempre conseguiam escapar dos naufrágios, causados por tempestades ou baleias¹⁰ –, para, em seguida, transpor as encostas íngremes da serra do Mar, rumo à vila de Taubaté.¹¹ A partir daí, o caminho era menos árduo: a maior parte dele podia ser percorrida a cavalo, meio de transporte que os homens de Sua Majestade preferiam às redes ou cadeirinhas conduzidas por escravos.

Artur de Sá tinha por missão fazer respeitar a legislação mineradora em vigor (o Regimento de 1618¹²) e tomar medidas visando à taxaço das lavras auríferas. Uma vez que a população nesse período constituía-se essencialmente de paulistas, a Coroa teve que contar com a ajuda destes pioneiros. Assim, os mais

instruídos, aqueles que conheciam melhor a região, e os mais abastados tornaram-se superintendentes,¹³ guardas-mores¹⁴ (oficiais encarregados da demarcação e da partilha das terras auríferas) e escrivães das “terras minerais”. Conquanto ainda não existissem verdadeiros corpos de milícias instituídos, o governador lhes concedeu também títulos militares – de mestre de campo, de tenente-coronel e de capitão-mor – que eram, pois, puramente honoríficos.¹⁵

Além das funções diretamente ligadas à mineração, estes oficiais desempenhavam o papel de juizes nas numerosas querelas que surgiam nos locais dos descobertos. Alguns, como o paulista Borba Gato, também procuraram combater o contrabando do ouro, que então se fazia principalmente através do “caminho da Bahia”, composto de diversas trilhas que atravessavam as planícies do vale do São Francisco.¹⁶

Porém, a notícia das descobertas rapidamente se espalhou e a região logo se viu invadida por milhares de aventureiros, como se lê no célebre relato do padre Antonil:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada ano vem nas frota quantidade de portugueses e estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas; homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Sobre esta gente, quanto ao temporal, não houve até o presente coação ou governo algum bem ordenado; e apenas se guardam algumas leis que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos (...).¹⁷

A chegada em massa de “reinóis” (portugueses do “Reino”, isto é, da metrópole) e de “baianos” (vindos da Bahia, mas também de outras regiões do Nordeste da colônia) colocaria fim à supremacia dos paulistas na zona mineradora. De fato, estes últimos logo se tornaram um grupo minoritário em relação aos “emboabas” recém-chegados.¹⁸ Estes forasteiros rapidamente se tornaram mais fortes também do ponto de vista econômico, por diversas razões. Os reinóis e portugueses oriundos do Nordeste conseguiram obter o monopólio do comércio de alguns produtos (como a carne bovina), impondo à população das minas preços bastante elevados. Além do mais, eles puderam investir mais que os paulistas na mineração, pois tinham mais facilidades de crédito para a compra de escravos junto aos seus compatriotas, ricos negociantes estabelecidos nas cidades costeiras. Em função disso, eles tinham mais chances que os paulistas de obter datas maiores, uma vez que, segundo a legislação, o tamanho das concessões era proporcional ao número de escravos empregados pelo senhor da mina.¹⁹

Também é importante lembrar que, para poder efetuar um trabalho rentável e duradouro nas lavras, era preciso dispor de muitos escravos, pois mesmo os sistemas de exploração mais eficazes e “mecanizados” – em comparação com os métodos extremamente rústicos empregados pela maior parte dos mineradores – exigiam um grande número de braços. Era o caso dos “engenhos de roda” (também chamados “rosários” ou “noras”), utilizados para esgotar a água que se infiltrava continuamente nas catas realizadas nos leitos dos rios.²⁰ Estes mecanismos podiam ser acionados por uma roda hidráulica, ou manualmente, e neste caso necessitava-se da força de, no mínimo, cinquenta escravos.²¹

Observe-se, ainda, que muitos reinóis tornaram-se grandes proprietários de sesmarias. Alguns investiram simultaneamente em diversas atividades e fizeram fortuna. Foi o caso, por exemplo, de Manuel Nunes Viana e de Pascoal da Silva Guimarães, que desempenharam papéis centrais nas rebeliões do início do século e na afirmação do poder político dos portugueses diante dos paulistas.

De fato, com o crescimento do poder econômico dos portugueses, os conflitos não tardaram a explodir na zona mineradora. Apoiando-se no seu estatuto de “descobridores”, os paulistas

reivindicaram o monopólio de exploração das minas e pretenderam ser os únicos a beneficiar das nomeações para postos administrativos, bem como da concessão de alguns privilégios atribuídos pelo rei, como o direito ao porte de armas.²² Após alguns desentendimentos, reinóis e baianos acabaram se unindo em torno dos dois potentados citados. Em 1707, os emboabas proclamaram Manuel Nunes Viana “governador das minas”, e deram início a uma luta armada contra os paulistas, com o objetivo de expulsá-los da região. Nunes Viana agiu então como um verdadeiro governador, nomeando portugueses para as funções que, até então, haviam sido exercidas por paulistas. Tais fatos ocorreram paralelamente a uma sequência de episódios sangrentos, tradicionalmente denominada Guerra dos Emboabas. Informado sobre os atos de Nunes Viana, o governador do Rio de Janeiro, Dom Fernando de Lencastre, partiu para as Minas, mas não conseguiu obter a rendição de Manuel Nunes Viana e seus homens; estes, pelo contrário, desafiaram-no.²³

Em 1709, a Coroa se viu obrigada a intervir para que a ordem fosse restabelecida na região. A afronta à autoridade de um representante régio bem como as numerosas perdas humanas provocadas pelo conflito acabaram por convencer a metrópole de que, para conservar sua mais nova e rica conquista, não bastava proteger “os portos de minas das invasões estranhas” – ou seja, não bastava melhorar os meios defensivos da costa do Rio de Janeiro, na época sob a ameaça das esquadras de Luís XVI.²⁴ Em julho de 1709, os conselheiros do rei já haviam se conscientizado de que o principal perigo à soberania portuguesa na zona das descobertas estava no interior da própria região aurífera:

Para que a justiça se observe, é preciso haver império na jurisdição, pois importa pouco mandar se falta obedecer, e se com justo receio aumentamos a defesa das praças para defendermos os portos das minas das invasões estranhas, com maior razão devemos defender o coração delas das rebeliões próprias, por serem estas as mais nocivas e ali não menos iminentes (...).²⁵

A situação exigia medidas rápidas, e os ministros do rei se debruçaram sobre o problema. Segundo o conselheiro José de Freitas Serrão,

aquela inumerável gente não merece até aqui o nome de vassalos, mas o de avindos, e a estes o poder os conserva e os muda; e se Vossa Majestade lá o tiver, será efetivamente seu senhor, e os poderá conservar e aumentar em paz, mandando-lhes armas e leis com o agradável e auspicioso título de os defender dos maus, e honrar os bons, publicando-se um indulto geral para os casos que não forem de morte (...) para o que é preciso ir um governador com regimento de infantaria e assentar *arraial que sirva de praça de armas* no sítio que lhe parecer o mais vizinho de umas e outras passagens (...) e se informará dos que procedem bem, e os proverá de ofícios de Justiça e Fazenda, tripulados, reinóis e paulistas, e os de maior categoria proverá em postos e prometerá honras (...).²⁶

Ao invés de aplicar as severas punições que os revoltosos sem dúvida mereciam, a metrópole preferiu uma solução conciliatória entre as duas facções, pois sabia que não poderia prescindir do apoio dos poderosos locais. No entanto, era essencial que o novo governador se mostrasse capaz de dominar estes grupos rebeldes e bem armados; para isso, os ministros aconselhavam que se fizessem praças militares em pontos estratégicos e que o capitão-general tivesse uma escolta de “um terço de infantaria paga para melhor segurar o respeito da sua pessoa, e ter poder proporcionado para, com prontidão, fazer executar as ordens”.²⁷ A propósito, nota-se que, na citação do parágrafo anterior, a palavra *arraial* é utilizada pelo conselheiro em seu sentido original – o de acampamento militar –, e não na acepção que o termo adquiriu na região mineradora.

Ainda segundo os pareceres dos conselheiros, o rei deveria mandar às minas

não uma só pessoa, porque não é possível achar em uma só os requisitos e autoridade necessária para coisas tão diferentes, como são fundar igrejas, constituir párocos, tomar conhecimento das causas eclesiásticas, fundar vilas e povoações, ordenar milícias, estabelecer a arrecadação dos quintos e dos dízimos, pôr justiças, castigar delitos e outras muitas coisas todas diversas que requerem diferente prática e ciência.²⁸

Tais medidas eram essenciais não apenas porque a “boa administração da justiça” e o “bom governo político” constituíam “o último fim de todas as repúblicas e a principal obrigação

dos príncipes”, mas, sobretudo, pelo fato de que, agindo-se de outra maneira, não se poderia esperar daquela gente “tributo ou conveniência alguma, mas antes “desobediências e desatinos”.²⁹ Os conselheiros reais sublinhavam assim a necessidade de submeter a população das minas, que eles descrevem como uma gente governada unicamente pela “insaciável cobiça do ouro”.³⁰ Evidentemente, sem mecanismos de repressão seria impossível alcançar o objetivo principal da Coroa: a coleta eficaz dos impostos e, especialmente, dos quintos.

A consulta do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709 demonstra, portanto, que foi neste período que a metrópole tomou as providências necessárias a um controle mais efetivo na zona mineradora. Um mês mais tarde, o rei instituía um “governo civil e militar” para a região, separado do Rio de Janeiro, mas reunido ao de São Paulo: estava criada a “capitania de São Paulo e minas do ouro”. Seu primeiro capitão-general foi Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que deixava temporariamente de residir no Rio de Janeiro.³¹

A concessão do título de vila a certos arraiais foi um dos principais dispositivos adotados para atingir os objetivos descritos. Com a instituição de câmaras nas povoações principais, haveria juízes para administrar a justiça em primeira instância e corpos de milícia para controlar os territórios concelhios; além disso, a distribuição equitativa dos ofícios judiciários e administrativos entre os poderosos locais poderia contribuir para o fim das disputas entre reinóis e paulistas.

Estes últimos preocupavam bastante os ministros. O conselheiro João Telles da Silva temia que a introdução de regimentos pudesse causar “alteração nos ânimos dos paulistas”: não convinha que eles pensassem que o rei desconfiava “da sua fidelidade”, já que foram eles que “ofereceram estas minas e a quem totalmente se deve a riqueza que hoje logra a Coroa de Vossa Majestade”. Segundo Telles da Silva, estes “sertanejos”, homens “de ânimos inquietos e poderosos de armas e cavalaria”, submeter-se-iam mais facilmente “pelos termos urbanos e cortesões que pelos de rigor e violência”.³² Era preciso, pois, seduzi-los com cargos na administração local.

Ainda no tocante às vilas, os conselheiros observavam que, se implantadas de modo estratégico, tais povoações poderiam cumprir diversos papéis: o de centros de coleta do quinto,³³ de

alfândegas, de praças de armas e de postos militares avançados (presídios). Os dois últimos eram particularmente importantes; uma vez que os sertões das minas “pela sua largueza não se podem clausurar”,³⁴ os regimentos de infantaria das vilas deveriam se encarregar do combate aos principais inimigos da Coroa que se escondiam naqueles matos, ou seja, os contrabandistas e os quilombolas.³⁵

A salubridade dos sítios – com boas fontes de água e terrenos férteis – e, sobretudo, a proximidade entre as povoações e as lavras auríferas eram alguns dos critérios que deveriam orientar a escolha destes centros de poder civil e militar.³⁶ Para assegurar o controle da circulação do ouro, o Conselho Ultramarino sugeria, ainda, que tais vilas fossem criadas nos “três arraiais” mais próximos das extremidades das estradas que ligavam a região das minas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia.³⁷ Além destes pontos estratégicos – que faziam a unanimidade entre os conselheiros –, alguns propuseram também o estabelecimento de “presídios” e alfândegas em outras regiões: no Serro do Frio e, principalmente, “no curral de Matias Cardoso (norte de Minas Gerais), de modo a controlar o comércio com a Bahia.”³⁸

É claro que a eficácia destas medidas dependia da interdição de abertura de novos caminhos. De fato, durante todo o século XVIII, as autoridades tentaram, sem sucesso, proibir a abertura das “picadas”, que tornavam quase impossível o combate aos extravios. Mas notemos, desde já, que, ao invés de prejudicar os interesses régios, a desobediência dos mineiros neste aspecto acabou contribuindo para o enriquecimento da Coroa: em carta datada de junho de 1781, o governador Rodrigo José de Menezes admitiria que, se essas ordens tivessem sido respeitadas, as grandes jazidas de Campanha do Rio Verde, Paracatu e Minas Novas jamais teriam sido descobertas.³⁹

Os três pontos estratégicos nos quais as vilas deveriam ser criadas não estão todos nomeados de forma explícita no documento citado. Os conselheiros mencionam apenas o arraial do Rio das Mortes (futura São João del-Rei) e o do Campo de Ouro Preto, situados na extremidade dos caminhos para São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. A terceira localidade, próxima à estrada para a Bahia, era muito provavelmente a sede da paróquia de Santo Antônio da Roça Grande, então um dos arraiais mais importantes do Rio das Velhas. Esta povoação, na época, era mais conhecida

pelo nome de seu fundador, Borba Gato, que havia sido encarregado por Artur de Sá de controlar o caminho da Bahia.⁴⁰

Uma das três vilas – preferencialmente, aquela cuja posição fosse a mais central em relação aos diversos polos mineradores – deveria ser a residência do governador e, por conseguinte, a capital da capitania. Segundo alguns dos conselheiros, ela também poderia acolher a “praça de armas” e receber o título de cidade, privilégio então atribuído a diversas aglomerações costeiras com função defensiva.⁴¹ Enfim, para facilitar e controlar o recebimento dos quintos, os conselheiros sugeriam ainda que as diferentes “minas” ou regiões que compunham o território da capitania adquirissem o estatuto de comarcas.⁴² Como no caso das vilas, tratava-se, assim, de criar circunscrições a partir de núcleos de povoamento existentes.

DA TEORIA À PRÁTICA: A EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Em Portugal, a comarca era o território de jurisdição do corregedor, magistrado que tinha atribuições judiciárias, políticas e de “polícia” (no sentido seiscentista e setecentista do termo), devendo, entre outras funções, inquirir os juizes ordinários, tutelar o governo e a administração financeira dos concelhos, inspecionar os equipamentos públicos de toda a comarca (estradas, pontes, fontes, casas de câmara, pelourinho etc.), impedir o contrabando de ouro, dinheiro ou cereais.⁴³

No Reino, as comarcas frequentemente coincidiam com as provedorias, territórios de jurisdição dos provedores. Estes tinham duas grandes áreas de competência:

A primeira era a da tutela dos interesses cujos titulares não estivessem em condições de administrá-los por si nem controlar a administração que deles fosse feita – defuntos, ausentes, órfãos, cativos; mas também o de pessoas colectivas que, por razões teóricas ou práticas a eles devessem ser equiparados – confrarias, capelas, hospitais, concelhos. A segunda era constituída por matérias de finanças.⁴⁴

As comarcas criadas em Minas Gerais (e na colônia) tiveram funções ainda mais amplas, pois também funcionavam como circunscrições fiscais. Segundo José João Teixeira Coelho, em

Minas, os cargos de provedores (e seus escrivães) haviam sido criados em 1700 para o controle da coleta do quinto; no entanto, pela ordem de 26 de junho de 1711, o rei decidiu que os ouvidores-gerais exerceriam tal função em seus respectivos territórios de jurisdição.⁴⁵ Assim, em cada comarca, apenas um magistrado – o ouvidor – acumulava as funções de corregedor, ouvidor-geral (encarregado dos recursos contra sentenças proferidas pelos juízes ordinários das câmaras) e também o de provedor.⁴⁶

A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS COMARCAS

As medidas preconizadas pelos conselheiros reais eram o resultado de uma constatação: era impossível organizar a justiça e a cobrança de impostos sem subdividir o imenso território “das minas do ouro”. Neste sentido, a criação das comarcas – as maiores circunscrições civis da capitania – foi um dos primeiros projetos metropolitanos a serem concretizados.

Já no início do século, ouvidores haviam sido nomeados para cada um dos três principais distritos mineradores da capitania – o Ouro Preto (que incluía a zona de Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas e o Rio das Mortes – que adquiriram, assim, o estatuto de “comarcas” (Figura 3.1).⁴⁷ Mais tarde, em 1720, o território do ouvidor do Rio das Velhas seria desmembrado para criar uma quarta comarca: o Serro do Frio (Figura 3.2).⁴⁸

Os limites das três primeiras comarcas foram estabelecidos em abril de 1714 por uma junta nomeada pelo governador Dom Brás Baltazar, sucessor de Albuquerque. Dentre seus principais membros, estavam Pedro Gomes Chaves – um dos raros engenheiros militares designados para a capitania de Minas Gerais – e o capitão-mor Pedro Frazão de Brito, um dos primeiros habitantes das minas e grande conhecedor da região.

Tal delimitação era necessária devido ao sistema que acabava de ser escolhido para a coleta dos quintos. Os habitantes das minas deviam à Coroa uma soma fixa e anual de trinta arrobas de ouro, que era dividida entre as três comarcas para facilitar a coleta. É importante notar que a divisão do montante devido por cada uma das três circunscrições não era feita em partes iguais: os valores foram provavelmente estipulados em função das diferentes capacidades produtivas, ou seja, em função do número de escravos empregados nos estabelecimentos mineradores de

zona aurífera.⁴⁹ As comarcas do Ouro Preto e do Rio das Velhas deviam contribuir, respectivamente, com 40% e 42,3% do total, o que corresponde a quantias duas vezes mais elevadas do que a que cabia à comarca do Rio das Mortes (apenas 17,7%).⁵⁰

A definição dos contornos das comarcas tinha, então, um objetivo bem específico. Mais do que delimitar precisamente tais circunscrições, o que de fato importava era determinar a que comarca pertencia cada um dos núcleos mineradores.⁵¹ Os limites só foram definidos com maior precisão nas zonas de interseção das circunscrições – regiões de ocupação mais densa – e na parte setentrional da comarca do Rio das Mortes; o limite meridional desta foi vagamente situado na serra da Mantiqueira.⁵²

Indicar com exatidão todos os limites parecia, na época, uma tarefa tão difícil quanto inútil: para que delimitar fronteiras em sertões pouco conhecidos e quase desertos? Aliás, veremos que esta situação de “fronteira aberta” foi uma característica comum à maior parte das circunscrições da capitania: seus contornos foram sendo definidos progressivamente, à medida que as terras iam sendo ocupadas e que surgiam conflitos de jurisdição entre as autoridades locais.

Note-se, no entanto, que, embora os limites não fossem especificados de maneira precisa, as comarcas de Minas eram extensíssimas: isto se deve ao fato de serem em número reduzido e de se terem conformado às divisões existentes entre as grandes zonas mineradoras (Figuras 3.1 e 3.2). Consequentemente, em termos de escala, estas circunscrições nada tinham a ver com seus modelos portugueses. Com efeito, cada uma das comarcas de Minas Gerais tinha um território comparável ao da metrópole.

As três primeiras comarcas correspondiam, essencialmente, a três grandes bacias hidrográficas. A comarca do Ouro Preto ligava-se à bacia do Rio Doce; a comarca do Rio das Velhas, à do São Francisco; a do Rio das Mortes à bacia do Rio Grande e Paraná. Em 1720, criou-se a comarca do Serro do Frio, cuja cabeça se situava na bacia do rio Jequitinhonha. Porém, os limites destas unidades territoriais evoluíram com a marcha da colonização, estando sempre ligadas a questões políticas locais, e nem sempre conservando suas fronteiras ditas “naturais”. Este fato foi notado pelo naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu Minas Gerais entre 1816 e 1821, quando os limites das circunscrições civis já haviam sido definidos:

Um viajante inglês pretende que os limites das comarcas que compõem a Província das Minas são determinados pelas bacias dos grandes rios; que a comarca de São João del-Rei [ou seja, a do Rio das Mortes] compreende toda a bacia do Rio Grande; a comarca de Sabará [Rio das Velhas], as nascentes mais longínquas do São Francisco; a comarca de Vila Rica [Ouro Preto], as nascentes do Rio Doce; e a do Serro do Frio, as do Araçuaí. Sem dúvida que tais limites seriam muito naturais; mas não foram estes os adotados. As nascentes do São Francisco fazem parte da comarca do Rio das Mortes; a comarca de Sabará estende-se pelas duas encostas da grande serra [do Espinhaço]; e o Jequitinhonha, o Araçuaí, assim como vários afluentes do São Francisco correm também no Serro do Frio.⁵³

Podemos observar que o viajante, muitas vezes, substitui o nome da comarca pelo da sua sede: a comarca do Rio das Velhas é chamada “de Sabará”, a do Rio das Mortes aparece como “comarca de São João del-Rei”. Tal prática também era corrente em documentos oficiais emitidos pelos governadores, ouvidores e câmaras.

AS TRÊS VILAS DE ALBUQUERQUE (1711)

Uma vez criadas as comarcas, restava escolher as localidades que lhes serviriam de “cabeças” (sedes). No contexto dos conflitos entre paulistas e emboabas, a fundação destes centros de poder local tinha uma importante dimensão política que não poderia ser ignorada pelo governador. Neste sentido, ao invés de obedecer rigorosamente às indicações dos conselheiros metropolitanos, Antônio de Albuquerque e seus sucessores se viram obrigados a levar em consideração as lutas de poder entre as diferentes facções.

A relação entre a fundação das primeiras vilas de Minas e as disputas entre grupos sociais dominantes é um aspecto que já foi abordado em outros estudos que forneceram balizas para nossa análise.⁵⁴ Não tendo encontrado novas fontes que pudessem trazer informações suplementares sobre o tema, nos apoiaremos essencialmente nos documentos citados por Diogo de Vasconcelos.

Segundo este historiador, antes mesmo de tomar posse (18 de junho de 1710, em São Paulo), Antônio de Albuquerque viajou para a região das minas a fim de resolver querelas entre os habitantes e de estudar o melhor meio de implantar as estruturas

administrativas. Segundo a ordem régia de 9 de novembro de 1709, o governador deveria, “para o governo das povoações que se levantarem, nomear com igualdade paulistas e reinóis, conforme seus merecimentos, porque os dois têm a mesma razão de vassalos”.⁵⁵ Depois de ter se informado sobre os acontecimentos passados, ele decidiu restituir a alguns paulistas os postos militares e os bens (sobretudo datas auríferas) que haviam sido usurpados pelos reinóis, durante a rebelião comandada por Manuel Nunes Viana.⁵⁶ Por outro lado, seguindo as diretrizes régias, Albuquerque confirmou alguns portugueses nas funções de capitães-mores, guardas-mores e oficiais da Fazenda Real.⁵⁷ No entanto, se os cargos administrativos e militares foram divididos entre os dois grupos, os governadores e a Coroa demonstrariam uma preferência cada vez mais maior e mais explícita pelos portugueses, principalmente para postos de maior responsabilidade.⁵⁸

Entre abril e julho de 1711, o governador decidiu onde seriam criadas as três primeiras municipalidades da capitania: Vila de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica (ambas situadas na comarca de Ouro Preto) e a Vila Real de Sabará (na comarca do Rio das Velhas). Vê-se, pois, que as recomendações do Conselho Ultramarino não foram seguidas à risca, uma vez que nem o arraial de Borba Gato (Roça Grande, na extremidade do “caminho da Bahia”) nem o do Rio das Mortes tornaram-se vilas (Figura 3.3).

Diogo de Vasconcelos forneceu alguns dados que ajudam a explicar estas escolhas. No arraial do Carmo e nas suas vizinhanças, viviam pessoas importantes do Reino, mas a maior parte dos habitantes era paulista; apesar da presença de ambas as facções, a localidade não havia participado dos conflitos armados.⁵⁹ Em razão desta neutralidade, o arraial foi escolhido por Albuquerque, primeiramente, para sede de uma junta organizada em novembro de 1710. Nesta ocasião, o governador reunira o clero – mais precisamente os “vigários da vara” (juízes eclesiásticos) –, os “principais” da terra (os que então exerciam os cargos honoríficos de superintendentes, mestres de campo, capitães, sargentos-mores, entre outros), além de representantes dos habitantes de cada zona mineradora, a fim de decidir sobre o sistema a ser adotado para a coleta do quinto e de escolher as três localidades que seriam elevadas à condição de vilas.

Note-se, de passagem, que ao agir desta forma, Albuquerque, enquanto representante da Coroa, restaurava nos trópicos uma antiga prática do Reino, então já abandonada pelo soberano: as Cortes. Em Portugal, estas assembleias convocadas esporadicamente pelo rei reuniam os representantes das três ordens do Reino – clero, nobreza e povo – para tratar de assuntos importantes e urgentes, como as declarações de guerra ou a criação de novos tributos. Ora, em Portugal, Dom João V não convocou as cortes nenhuma vez sequer durante seu reinado, embora, durante a Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1713), novas taxas tivessem sido impostas aos portugueses. Utilizando como pretexto a urgência de tais providências, o rei e seus conselheiros deliberaram sobre medidas fiscais sem consultar os representantes do povo, como era de praxe – dado que corrobora “o fortalecimento do poder régio no período joanino”. De fato, “a chegada em doses maciças do ouro do Brasil conferiu ao monarca certas facilidades políticas e financeiras, garantindo maior independência das suas decisões em relação à tradicional *consulta aos povos*”.⁶⁰ Além de permitir ao rei de agir com mais independência, cabe lembrar que o ouro de Minas também tornou possível “o grandioso fausto barroco em que se envolveu a corte de Dom João V”.⁶¹

Por outro lado, para que estas riquezas continuassem a afluir a Lisboa, o rei não poderia ignorar as opiniões e expectativas da população de Minas, o que explica a convocação das juntas por Albuquerque. Pretendendo “dividir a responsabilidade das deliberações para a todos obrigar”, pouco depois da junta realizada no arraial do Carmo, o governador organizou uma nova assembleia de paulistas e reinóis, desta vez num povoado vizinho: o Ouro Preto, que era constituído por diversos pequenos arraiais e habitado, sobretudo, por portugueses.⁶²

Observa-se que estes motivos políticos não são mencionados nos autos de fundação das vilas (“autos de levantamento” ou “termos de ereção”). Assim, a primeira municipalidade mineira teria sido criada no arraial de Nossa Senhora do Carmo, simplesmente por ser este “o sítio mais capaz para ela”, de acordo com o documento oficial:

Aos 8 dias do mês de Abril de mil setecentos e onze nas casas em que mora o Senhor Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, acham-se presentes em

uma junta geral, que o dito Senhor ordenou para este mesmo dia as pessoas e moradores principais deste distrito de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, lhes fez presente o dito senhor que, na forma das ordens de Sua Majestade que Deus Guarde, tinha determinado levantar uma vila neste distrito e arraial, por ser o sítio mais capaz para ela, e que como para esta se erigir era somente preciso concorrerem os ditos moradores para a fábrica da Igreja, elevando Câmara e Cadeia, como era estilo, e pertencia a todas as repúblicas, deviam eles os moradores cada um conforme suas posses concorrerem para o dito efeito com aquele zelo e vontade que esperava de tão bons vassalos do dito Senhor, e assim deviam neste particular dizer o que entendiam, sujeitando-se a viver com aquela boa forma que são obrigados. O que visto e ouvido por todos eles, uniformemente ajustaram e concordaram que desejavam viver neste distrito com Vila, e forma de República, sujeitos às leis, e justiças de Sua Majestade (...).⁶³

Três meses depois, a topografia extremamente acidentada dos arraiais de “Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias” e de “Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto” não foi motivo para invalidar a escolha de Vila Rica, constituída pela união destas duas paróquias:

Aos 8 dias do mês de Julho do ano de mil setecentos e onze, neste arraial das minas gerais do ouro preto, em as casas de morada em que assiste o Senhor Governador e Capitão General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, achando-se presentes sem uma junta geral, que o dito Senhor ordenou para este mesmo dia as pessoas e moradores principais (...), lhes fez presente o dito senhor, que na forma das ordens de Sua Majestade, determinava erigir neste mesmo Arraial, uma nova povoação e Vila para que seus moradores e os mais de todo o distrito pudessem viver (...) sujeitos com toda alva forma às leis da justiça, como Sua Majestade manda, e deseja se conservem todos os seus vassalos nesta nova Conquista, porque supondo não achava o sítio muito acomodado, atendendo às riquezas que prometiam as minas, que há tantos anos se lavram nestes morros e ribeiros, e ser a parte principal destas minas, aonde acode o comércio e fazendas que dele emanam para as mais, e muitas outras mais que o tempo mostraria (...) uniformemente todos convieram que neste dito Arraial, junto com o de Antônio Dias, se fundasse a Vila pelas razões referidas; pois era o sítio de maior conveniências que os povos tinham achado para o comércio (...).⁶⁴

Com efeito, parece que a “comodidade” dos sítios (recomendada pelos conselheiros do rei) era uma exigência secundária em relação a outras, como o potencial econômico. No território das duas freguesias de Vila Rica, havia diversas minas promissoras e uma atividade comercial já bastante dinâmica, devido à sua posição central em relação a outras regiões auríferas e à sua proximidade do principal caminho de ligação com as minas do Rio das Mortes, do Rio das Velhas e do Serro. Segundo Diogo de Vasconcelos, “era este arraial um ponto central, mais acessível aos moradores de outros distritos, e os próprios viandantes do Serro, passando pelo Caeté e Rio das Velhas, o achavam mais próximo”.⁶⁵

Posteriormente, Vila Rica viria a receber muitas críticas por causa do seu terreno acidentado e da irregularidade do seu traçado. Segundo Saint-Hilaire, não teria sido possível escolher uma posição menos favorável, “pois as mercadorias só podem ali chegar utilizando-se bestas de carga”.⁶⁶ Algumas décadas mais tarde, a capital seria considerada uma cidade obsoleta por estar “escondida entre as montanhas, sem ar, sem luz, sem espaço”.⁶⁷ Contudo, no início do século XVIII, o lugar apresentava qualidades essenciais para a capital do governo, segundo o projeto metropolitano: a proximidade com as minas de ouro e a centralidade face a rede de caminhos e ao conjunto de núcleos mineradores existentes. Não obstante, o local de residência dos governadores e dos ouvidores da comarca do Ouro Preto não foi fixado antes de 1720, tendo oscilado, até esta data, entre Vila Rica e Vila do Carmo.

Por outro lado, a cabeça da comarca do Rio das Velhas foi imediatamente escolhida pelo governador: tratava-se do arraial sede da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de Sabará, que foi promovido a “Vila Real de Sabará”. Segundo o termo de ereção – bastante similar aos de Vila do Carmo e Vila Rica –, o arraial foi escolhido por ser o sítio “mais capaz e cômodo para ela”.⁶⁸

Há, no entanto, outra explicação para tal preferência: segundo Vasconcelos, foi a necessidade de agradar aos reinóis que pesou na decisão de Albuquerque. A população do arraial da Barra do Sabará era essencialmente constituída de portugueses, ao passo que o arraial de Santo Antônio da Roça Grande – que talvez correspondesse melhor às recomendações dos conselheiros régios,

pois ficava na extremidade do caminho da Bahia – era dominado pelo poderoso Manuel de Borba Gato, que o havia fundado no início do século XVIII.⁶⁹ A escolha de Sabará como vila e sede da comarca teria, aliás, desagradado este paulista a tal ponto que, apesar de ser um dos moradores principais da região, ele não compareceu à cerimônia de ereção do pelourinho, e nem participou da eleição dos juizes e vereadores da nova câmara.⁷⁰

O arraial do Rio das Mortes era outra povoação na qual os conselheiros haviam pensado para a concessão da autonomia municipal. No entanto, nem esta nem nenhuma outra localidade da região recebeu o título de vila durante a gestão de Albuquerque, provavelmente por causa dos embates entre paulistas e emboabas que, naquela região, tinham sido não só particularmente violentos, mas também mais duradouros. De fato, segundo os relatos históricos, o Rio das Mortes foi o cenário do “Capão da Traição”, um dos episódios mais sangrentos da Guerra dos Emboabas, durante o qual muitos paulistas foram assassinados de maneira cruel e desleal pelos reinóis. Lembre-se, ainda, que, depois de acalmados os ânimos nas Minas e apesar das advertências de Albuquerque, os paulistas que haviam se refugiado em São Paulo quiseram se vingar, preparando uma ofensiva contra o arraial da Ponta do Morro, situado no Rio das Mortes e dominado pelos portugueses.⁷¹

Por outro lado, em setembro de 1711, membros de ambos os grupos se uniram para acompanhar Albuquerque à cidade do Rio de Janeiro, então alvo das pilhagens e violências dos homens de Dugay-Trouin. O governador havia conseguido recrutar mais de seis mil homens e recebera importantes donativos da população mineira. Segundo um ofício enviado ao rei em 23 de novembro, tratava-se da “mais luzida gente, assim forasteiros, como paulistas (...), e alguns com cabedais para a despesa de semelhantes marchas”.⁷² A partir de então, foi do Rio de Janeiro que Antônio de Albuquerque governou a capitania de São Paulo, até que a função fosse transmitida ao seu sucessor, Dom Brás Baltazar da Silveira.

AS FUNDAÇÕES DE DOM BRÁS BALTAZAR (1713-1715)

O novo governador tomou posse em agosto de 1713, em São Paulo, sede da capitania, que então já ostentava o pomposo título de cidade.⁷³ Em dezembro do mesmo ano, ele pôs em prática

uma das recomendações do Conselho Ultramarino: o arraial do Rio das Mortes foi elevado a vila – ganhando o nome de São João del-Rei, em homenagem a Dom João V – e escolhido para cabeça da comarca. Nos dois anos subsequentes, Dom Brás Baltazar da Silveira foi levado a criar dois outros concelhos, desta feita na comarca do Rio das Velhas. Suas escolhas, mais uma vez, fizeram-se em função do contexto político e das divergências entre os ocupantes da região (Figura 3.4).

Cabe lembrar que, no Reino e nas colônias, a eleição dos membros da câmara seguia as disposições das Ordenações do Reino. Tratava-se de um sistema assaz complexo, mas que pode ser resumido da seguinte forma:

Era um tipo de eleição indireta. Os representantes das melhores famílias da terra, os homens bons⁷⁴ reunidos na casa da câmara, indicavam seus eleitores. Estes, apartados em três pares, organizavam, cada qual, uma lista tríplice com os nomes dos que escolhessem para futuros vereadores. Um oficial régio ou senhorial, em geral o ouvidor, ou, na sua falta, o juiz mais velho em exercício, conferia as listas e formava com os nomes mais votados três róis definitivos que se encerravam em bolas de cera, chamadas pelouros. Na primeira semana de dezembro de cada ano, diante do povo reunido em seção especial da câmara, era escolhido um menino que tirava de um cofre contendo os pelouros uma das listas com o nome dos oficiais que exerceriam a governança no ano seguinte.⁷⁵

Segundo Vasconcelos, em 1711, Albuquerque havia conseguido fazer com que os postos nas três câmaras por ele instituídas fossem divididos de forma igualitária entre paulistas e reinóis. Porém, devido à sua condição de “primeiros habitantes”, os paulistas ficaram com os lugares de “juiz mais velho”, mesmo nas vilas onde a maioria da população era constituída por reinóis, como Vila Rica e Sabará. Vale lembrar a grande importância que tinham tais cargos: os juizes mais velhos eram os responsáveis pela convocação dos “homens bons” e presidiam as eleições.⁷⁶

Contudo, esta política de equidade só foi observada durante a primeira gestão trienal dos oficiais camarários. As eleições de dezembro de 1713 (que concerniam ao período 1714-1717) foram bastante disputadas, e os portugueses saíram vitoriosos

em toda parte, exceto na Vila do Carmo, onde as divergências eram menos marcadas, de forma que “se conservou a harmonia aconselhada por Albuquerque”.⁷⁷

Foi em Sabará que a vitória dos reinóis causou mais problemas. O termo desta vila era muito vasto (pelo menos teoricamente, ele correspondia ao território da comarca do Rio das Velhas) e incluía três zonas controladas por grupos antagônicos. Tanto na sede quanto em seus arredores “já predominava o elemento europeu, que não vinha senão para centros ricos de mineração”. Na região de Caeté e do Serro havia um equilíbrio entre os “baianos” e os outros grupos, enquanto que nos sertões do Rio das Velhas e São Francisco “o que não era paulista, era índio”. O termo de Sabará foi então subdividido, de forma a circunscrever cada elemento dominante em um território específico, “evitando os choques que os adversários poderiam provocar entre si, renovando o triste episódio dos emboabas”.⁷⁸

Em 29 de janeiro de 1714, Dom Brás Baltazar criava simultaneamente a Vila Nova da Rainha do Caeté e a Vila do Príncipe, ordenando ao ouvidor do Rio das Velhas que presidisse à ereção dos respectivos pelourinhos e, sobretudo, à eleição dos primeiros juízes e vereadores, que deveriam ser cuidadosamente escolhidos:

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 1714 anos nesta Vila Nova da Rainha, nas casas em que se achava o Doutor Ouvidor Geral Luís Botelho de Queirós, por ele foi dito perante os oficiais da milícia e homens bons da dita Vila, e seu Distrito, que o Capitão General de São Paulo e Minas (...), atendendo a que nos distritos de Caeté e Serro do Frio havia capacidade para se levantar uma Vila em cada um deles; e tendo outrossim consideração ao muito que convém ao serviço de Sua Majestade, e ao bom governo e conservação dos povos daqueles Distritos que neles se fizessem vilas, e se lhes introduzisse as justiças para o seu bom regimento, às quais recorressem para o seu remédio, e dar a cada um o que fosse seu, e o castigo a quem merecesse, para que desta sorte na obediência das leis pudessem viver sociavelmente, tinha resolutivo mandar levantar uma vila em cada um dos ditos Distritos; e que a do Serro do Frio tivesse a denominação de – Vila do Príncipe – e a do Caeté de – Vila Nova da Rainha – usando da faculdade e jurisdição que Sua Majestade (...) deu ao governador Antônio de Albuquerque, para o dito efeito, continuada na pessoa dele,

presente governador (...) e como para se continuar a dita vila era necessário que ele dito ouvidor geral fizesse eleição dos juizes e mais oficiais da câmara na forma da lei (...) que os novos oficiais sejam os mais capazes para que principiem com acerto o governo da nova vila (...) e ordenava a todos, da parte de Sua Majestade, que elegessem para as ditas ocupações as pessoas mais nobres, e limpas de sangue, e mais lisas de consciência (...).⁷⁹

Como o território do Rio das Velhas era demasiado extenso para ser controlado por um só ouvidor, a Vila do Príncipe tornou-se, em 1720, sede da nova comarca do Serro do Frio (Figuras 3.1 e 3.2).

Em 1715, Dom Brás Baltazar criou um terceiro concelho no Rio das Velhas, atribuindo o título de vila ao arraial de Pitangui, refúgio dos paulistas mais radicais. O processo de instituição desta municipalidade merece uma atenção particular, na medida em que ele revela algumas peculiaridades da população de Minas Gerais nas primeiras décadas do século.

PITANGUI, VILA AMOTINADA

As ricas jazidas de Pitangui foram descobertas por volta de 1710 por paulistas que, procurando evitar as zonas dominadas por portugueses, haviam abandonado os arraiais da região central da capitania para se embrenharem novamente nos sertões.

A insubmissão destes habitantes manifestara-se desde a intervenção de Albuquerque na Guerra dos Emboabas e levou a uma ruptura progressiva das relações privilegiadas que a Coroa havia estabelecido com o clã dos bandeirantes. Em 1711, quando se cogitava criar duas companhias de Dragões para controlar a região das minas, o rei proibiu a incorporação de membros desta comunidade, afirmando que se tratava de gente “pouco confiável”.⁸⁰

A aversão dos habitantes de Pitangui aos que eles consideravam como “forasteiros” era tamanha que chegaram a publicar bandos proibindo a entrada de portugueses nos recentes descobertos – o que representava uma clara rejeição da autoridade dos representantes régios.⁸¹ No entanto, as numerosas querelas pela posse dos terrenos auríferos que ocorreram nesta zona acabariam abrindo espaço para a mediação do governador.

De fato, Dom Brás Baltazar da Silveira tentou diversos métodos para manter a ordem na povoação. Em 1713, ele nomeara um sargento-mor e superintendente, na pessoa do mestre de campo Antônio Pires de Ávila, que havia descoberto as jazidas do Ribeirão Paraopeba.⁸² Apesar de dispor de uma jurisdição tanto civil quanto criminal, ele não conseguiu se impor aos potentados de Pitangui. No ano seguinte, o governador enviou ao arraial o engenheiro militar Pedro Gomes Chaves, com a missão de distribuir as datas auríferas entre os habitantes e de pôr fim às dissensões. Ao engenheiro também incumbia outra difícil tarefa: cobrar dos habitantes uma arroba de ouro, correspondente às remessas do quinto não efetuadas.⁸³

Cabe aqui relembrar os sucessivos sistemas de cobrança deste imposto que foram adotados na capitania. O Conselho Ultramarino havia projetado a instalação de casas de fundição onde seria recolhida a quinta parte da produção (o quinto) de cada minerador. Porém, enquanto estas estruturas não eram implementadas, as juntas realizadas no período 1710-1713 determinaram que os mineiros deveriam pagar à Coroa a soma fixa de dez oitavas (aproximadamente 26 gramas de ouro) por cada escravo empregado nas lavras, segundo o sistema chamado das “bateias”. Em dezembro de 1713, em outra junta convocada pelo governador e realizada na Vila de São João del-Rei, escolheu-se um novo sistema de cobrança, com a anuência dos senhores de minas mais poderosos – os mesmos que ocupavam, então, a maior parte dos postos nas câmaras mineiras.⁸⁴ Tratava-se de uma cota de trinta arrobas (aproximadamente 450 kg de ouro) que deveriam ser remetidas anualmente aos cofres reais. Quando tal valor não era atingido, o restante tinha de ser arrecadado através da “derrama”: a imposição de uma taxa extraordinária, que incidia sobre toda a população, e mesmo sobre os habitantes que não exploravam minas, ou que possuíam poucos escravos. Este era, pois, um sistema bastante pernicioso para a maioria dos habitantes e altamente favorável aos grandes mineradores.⁸⁵

A missão do engenheiro Pedro Gomes Chaves também se revelou um enorme fracasso. O governo do arraial foi, em seguida, confiado a uma comissão constituída por quatro poderosos paulistas – Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco Jorge da Silva, Domingos Rodrigues do Prado e Jerônimo Pedroso de Barros –,

que seriam, mais tarde, os primeiros camaristas da Vila de Pitangui. No ano de 1714, utilizando métodos violentos, esta comissão conseguiu reunir o montante devido aos cofres reais e pôde, em seguida, valer-se desta “prova de fidelidade” para obter o título de vila.⁸⁶ Desta forma, os potentados paulistas conseguiram escapar ao controle das autoridades da Vila Real de Sabará, dominada por reinóis e da qual o arraial de Pitangui dependia.

A Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui foi instituída em junho de 1715 pelo coronel Antônio Pires de Ávila, que recebeu tal missão da parte do governador e do ouvidor da comarca do Rio das Velhas.⁸⁷ Dom Brás Baltazar acreditava que a criação da municipalidade poderia facilitar a coleta dos impostos naquela zona, altamente turbulenta.⁸⁸ Porém, desde o primeiro ano, os procedimentos “tirânicos” de coleta de impostos adotados pelos camaristas provocaram reações violentas dos moradores, bastante pobres em sua maioria.

Foi o que ocorreu no mesmo ano de 1715. A vila e seu termo tinham que efetuar uma remessa de três arrobas de ouro aos cofres reais. Apesar dos protestos e súplicas dos moradores, a câmara os oprimiu com repetidas cobranças, até que o povo ameaçou abandonar a “conquista” de Pitangui.⁸⁹ O que, de fato, acabou ocorrendo: diversos mineiros foram se refugiar “nos currais da Bahia” e, segundo informações fornecidas pelo ouvidor do Rio das Velhas, alguns anos depois não restavam na vila mais que sessenta habitantes.⁹⁰

Em seguida, foi a vez dos próprios camaristas se rebelarem, recusando-se a enviar representantes às juntas convocadas pelo governador em 1715 e 1716 para discutir a forma de pagamento dos reais quintos.⁹¹ Além disso, repetidas vezes, eles não efetuaram a remessa deste imposto; em 1717, a dívida da vila já totalizava sete arrobas de ouro, como vê-se numa das cartas do governador:

Não posso deixar de dizer a V. Mercês que cada vez reconheço com maior evidência que são filhos da rebeldia, pois não bastam os exemplos de leais vassalos que se acham nestas minas para V. Mercês pagarem a Sua Majestade o que lhe é devido dos reais quintos, sendo certo que o dito senhor de nenhuma forma os há de perder (...) e pode (...) castigar com rigorosa mão quem como V. Mercês o desconhece por seu soberano, faltando-lhe com o pagamento que, por seu direito natural e político, lhe

é devido. V. Mercês já devem ao dito Senhor cinco arrobas de ouro do ano antecedente, e duas do que corre do termo que lhes remeto (...) e não queiram que o dito Senhor, a respeito do seu procedimento, faça a função de Rei e não de Pai, como até agora tem feito com V. Mercês, perdoando-lhes os repetidos insultos que têm obrado, o que agora não sucederá.⁹²

No entanto, nenhuma ameaça de Dom Brás Baltazar surtiria efeito: seu sucessor, o conde de Assumar, teve também de enfrentar a rebeldia do povo de Pitangui durante todo o seu mandato.

O PODER LOCAL NOS TEMPOS DO CONDE DE ASSUMAR (1717-1721)

Em 24 de julho de 1717, Dom Pedro de Almeida, conde de Assumar, empreendia uma viagem de seis semanas do Rio de Janeiro a São Paulo, onde ocorreria a cerimônia de posse do seu cargo de governador. Em seguida, ele continuaria a jornada por mais dois meses, parando em diversas localidades até chegar a Vila Rica. No diário da viagem – redigido por um membro de sua comitiva⁹³ –, as passagens em que o nobre português se vê confrontado à precariedade dos sertões alternam-se com cenas mais “civilizadas”, em que as autoridades locais tentavam reproduzir, do modo mais fiel possível, os rituais e os costumes europeus aos quais o conde estava habituado.⁹⁴

Em certas paradas, os viajantes deviam dormir ao relento; em outras, encontravam cabanas cobertas de palha, onde nem sempre se estava a salvo das baratas, “que eram em abundância, praga tão grande neste país como na Europa os percevejos”.⁹⁵ Num dos pousos onde o grupo pernoitou, o dono do rancho, que era paulista, “com generoso ânimo ofereceu à Sua Excelência para cear meio macaco e umas poucas de formigas”, que era tudo o que ele tinha; diante da recusa do conde, ele explicou-lhe que “o macaco era a caça mais delicada que havia naqueles matos circunvizinhos e que as formigas eram tão saborosas depois de cozidas, que nem a melhor manteiga de Flandres lhe igualava”.⁹⁶ Em outros lugares, o ilustre viajante passou melhor, sendo “regalado” com diversos presentes – cavalos, mas também porcos, galinhas e doces –, dormindo em casas “asseadas” e tendo direito a recepções cuja “magnificência” era proporcional aos recursos dos habitantes. Uma légua antes da cidade de São

Paulo, o conde e sua comitiva foram recebidos com salvas por uma “luzida comitiva” de 150 cavaleiros. Todavia, apesar dos seus esforços em imitar as indumentárias europeias, os notáveis locais pareceram “ridículos” aos olhos dos visitantes, que se divertiram observando suas roupas mal cortadas e com cores esquisitas, “por uma forma nunca vista e finalmente todas extravagantes”.⁹⁷

As solenidades de posse deveriam ocorrer na casa de câmara da cidade de São Paulo; porém, devido à sua “pequenez”, foi à igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo que seguiram o conde e sua comitiva, sob um “pálio de tafetá carmesim, que o levavam quatro cidadãos”.⁹⁸ Tais cerimônias tinham um duplo caráter, civil e religioso, alternando discursos de autoridades aos *te-déuns* e bênçãos. Como nas procissões e em outras festas barrocas, as regras de etiqueta deviam ser rigorosamente seguidas, cada grupo social tendo seu lugar e seu papel bem definidos. Extremamente teatralizados, estes rituais destinavam-se a tornar visíveis e explícitas as distinções hierárquicas da sociedade.⁹⁹ Com efeito, para além de seu caráter quase burlesco, na descrição a seguir transparece o aspecto teatral de tais cerimônias e o peso das regras de etiqueta:

Em cima de um tablado e a uma e outra parte, estavam cadeiras para os oficiais da câmara, e algumas mais; em frente do tablado, estavam muitos bancos para o povo; chegaram à igreja, e sentado que esteve Sua Excelência, tomou cada um o lugar que lhe tocava; o secretário do governador Domingos Silva leu a carta patente, porque o escrivão da câmara, a quem pertencia, ou não sabia ler, ou lia muito mal por ser gago; lida a carta, se fez assento no livro, que assinou Sua Excelência, e os camaristas, e depois proferiu uma oração com tanta eficácia, e com tanta propriedade, que todos ficaram admirados; e com o mesmo acompanhamento se recolheu Sua Excelência à casa; o pálio foi dado ao secretário, por dizer-se que lhe tocava.¹⁰⁰

Aludindo, de passagem, à Guerra dos Emboabas, o discurso de Dom Pedro de Almeida teve como tema central a obediência ao soberano. O governador destacou o fato de que mesmo as nações mais bárbaras e bestiais “como os gentios cá da América” veneravam aqueles que reconheciam como seus cabeças.¹⁰¹ Assumar relembrou ainda a generosidade do rei em perdoar

os crimes perpetrados por seus súditos nas minas, incitando o público a dar provas de sua fidelidade:

Ficando todos certos que choverão em número as graças e as honras de Sua Majestade, e abrir-se-ão os seus copiosos tesouros para remunerar a tais serviços. Eu lhe empenho já a sua palavra autenticada nesta carta assinada pela sua real mão, e desde hoje ficará atada a minha à promessa, que solenemente faço diante deste nobilíssimo auditório a todo aquele que se quiser distinguir com algum serviço memorável à coroa (...).¹⁰²

Alguns dias depois, Dom Pedro de Almeida retomava sua viagem para as Minas. As reverências, as cerimônias de boas-vindas e os presentes se multiplicavam e se repetiam em cada parada. Em um aldeamento jesuíta próximo à Vila de Mogi, o entusiasmo não foi menor, pois os índios acolheram o visitante com música e “umas danças”.¹⁰³ O governador também se mostrava generoso: como representante legítimo do rei, distribuiu numerosas patentes militares, além de prover cargos – bastante rentáveis – de tabelião e escrivão em várias localidades. Ao mesmo tempo, ele mostrou-se decidido a aplicar as leis de Sua Majestade, presidindo devassas e não hesitando em punir, por vezes, com a pena capital, os autores dos crimes que lhe foram denunciados.¹⁰⁴

Seus primeiros contatos com as autoridades de Minas ocorreram nas proximidades de Carrancas, no vale do Rio Grande, que constituía, então, o limite entre a zona colonizada de maneira efetiva e o sertão.¹⁰⁵ Segundo o relato, não havia ali arraial, somente uma “paragem”:

Nesta paragem [da Boa Vista] estavam doze cavalos com um capitão dos Pretos, e preto ele também, que tinham mandado os oficiais da Câmara da Vila de São João del-Rei para esperar a equipagem de Sua Excelência (...).

Partiu Sua Excelência para uma paragem chamada das Carrancas, donde foi também hospedado com magnificência, e aqui chegou o Tenente General Félix de Azevedo receber Sua Excelência.

Partiu-se pela manhã, e antes de chegar ao Rio Grande encontrou também com o brigadeiro Antônio Francisco da Silva, que tinha vindo das Minas Gerais para recebê-lo (...).¹⁰⁶

A uma légua da vila de São João del-Rei, o governador foi, uma vez mais, acolhido pelas “pessoas principais” do lugar, todas a cavalo; alguns dias depois, o mesmo cortejo o acompanhou até as margens do rio das Mortes, de onde o conde seguiu para Vila Rica. Ao chegar ao Tripuí, ele foi saudado por Dom Brás Baltazar, que tinha saído de Vila Rica com um “luzido acompanhamento, não só de Vila Rica, mas de toda a comarca”.¹⁰⁷

Em Vila Rica, que alguns anos mais tarde seria escolhida para sede da capitania de Minas Gerais, Assumar também foi recebido com todas as honras pelos membros da elite local, ávidos de privilégios e postos honoríficos. Um deles, o capitão-mor Henrique Lopes, chegara mesmo a gastar três arrobas de ouro na construção e ornamentação da casa que hospedaria o governador, esperando com isso que o conde lhe confirmasse a sua patente. Ali, entre cortinas e cadeiras ornadas de “damasco carmesim”, o governador foi homenageado com um concerto de “três negros chameleiros”, adquiridos especialmente para a ocasião por quatro mil cruzados.¹⁰⁸

Outros homens poderosos de Vila Rica mereceram a honrável visita do governador – que jamais suspeitaria que, poucos anos depois, alguns destes anfitriões tão generosos viriam a ser os instigadores de uma rebelião contra sua autoridade. Entre os “traidores”, estaria o mestre de campo português Pascoal da Silva Guimarães: um dos principais protagonistas da Guerra dos Emboabas, que, não obstante, fizera parte da comitiva do conde de Assumar desde a vila de Santos.

A INSTABILIDADE DOS PAULISTAS

Os primeiros problemas que o novo governador teve de enfrentar não vieram dos portugueses de Vila Rica, mas dos paulistas de Pitangui. Em 1718, numa carta dirigida ao vice-rei da colônia, o conde de Assumar relatava suas dificuldades para efetuar a cobrança do quinto naquela povoação, que era um verdadeiro antro de rebeldes:

Não só pela visível impossibilidade do povo de Pitangui, como pela má administração antecedente das câmaras, e também pela miséria de alguns, que fugiam e largavam as suas casas no tempo da cobrança, ausentando-se para os currais¹⁰⁹ e outras partes distantes, onde se lhes não pode dar alcance, e suposto parece que alguns bens deixassem de que se pudesse ressarcir

esta perda, como estes [bens] são negros, fogem com eles e as casas são como choupanas de pastores, cobertas de feno, que não têm valor algum (...).¹¹⁰

No mesmo ano, Assumar nomeava o brigadeiro português João Lobo de Macedo como “regente” da Vila de Pitangui, em substituição ao capitão paulista Domingos Rodrigues do Prado.¹¹¹ A fim de resolver os problemas aludidos em sua carta, o governador mandou que se tomassem medidas para fixar os moradores, estabilizando a povoação. De fato, se inicialmente o modo de vida itinerante dos paulistas havia sido benéfico aos interesses reais – pois havia permitido a descoberta de diversas jazidas, bem como o conhecimento e a colonização de uma grande parte daqueles sertões –, a experiência de alguns anos havia demonstrado que a mobilidade intensa dos mineradores constituía “o maior impedimento para se cobrarem os quintos”.¹¹²

Ora, as autoridades locais tinham consciência de que a estabilidade dos arraiais auríferos dependia, em primeiro lugar, do modo de exploração das jazidas. Já em 1709, o Conselho Ultramarino havia sugerido ao rei que, através da promessa de concessões de “honras e mercês”, poder-se-ia “animar as pessoas de mais indústria e cabedais” da região das minas para que explorassem os veios de montanha (“minas de beta”).¹¹³ Isso porque, ao contrário dos depósitos de aluviões dos leitos e margens dos rios, que eram os primeiros a serem explorados, a extração aurífera nas minas de beta exigia investimentos consideráveis, um maior número de escravos e um trabalho mais demorado. Uma vez que estas jazidas eram consideravelmente extensas e ricas, tais trabalhos poderiam contribuir para fixar a população.¹¹⁴

Segundo Assumar, o brigadeiro Macedo deveria fazer todo o possível para que os habitantes de Pitangui se instalassem “em partes estáveis e duradouras, e que não andem vagabundos, como é costume nos paulistas”.¹¹⁵ No entanto, o grupo de paulistas que dominava a vila não aceitaria a autoridade do brigadeiro reinol, expulsando-o de Pitangui.

Em correspondência de setembro de 1718, o conde de Assumar descrevia a povoação como um foco de rebeliões, e concluía que, para o bem dos interesses de Sua Majestade, a vila deveria ser suprimida¹¹⁶ – chegando mesmo a sugerir que ela fosse incendiada para que dela não restasse nenhuma memória.¹¹⁷ Esta

ideia transparece, aliás, no “discurso histórico e político” que lhe é atribuído e que foi redigido alguns anos depois.¹¹⁸

Segundo Sílvio Gabriel Diniz, a maior parte dos paulistas que vivia em Pitangui não participava dos atos de rebeldia. Eram os poderosos locais, membros da câmara, que constituíam os cabeças das sedições.¹¹⁹ A situação só foi controlada em 1720, após a intervenção da cavalaria dos Dragões, comandada pelo capitão José Rodrigues de Oliveira. Após diversos combates, os sediciosos foram expulsos de Pitangui, mas muitos soldados do rei perderam ali a vida. Domingos Rodrigues do Prado, o principal líder paulista, foi condenado à morte, mas conseguiu fugir. As autoridades então não tiveram outra solução senão recorrer ao suplício em efígie.¹²⁰

Em carta ao rei, datada de 9 de fevereiro de 1720, Assumar relata os acontecimentos sediciosos de Pitangui, concluindo que, para assegurar a estabilidade, a ordem e a segurança de minas tão ricas, melhor seria que o lugar fosse povoado por reinóis:

Era todo o meu fim atrair para Pitangui muitos reinóis, porque sendo aquela vila toda composta de rústicas habitações sempre tem pouca forma, porque a sua vida e natural propensão que têm de andarem pelos matos, fez que as suas povoações não sejam persistentes, e aquela merecia toda atenção por ser umas minas de muito rendimento, ainda que dificultosas, e só os reinóis, como mais ativos podiam animar-se a empreender trabalhos grandes, na esperança da conveniência que prometem (...).

Eu vou mandando daqui [Vila do Carmo] vários reinóis a estabelecerem-se em Pitangui, para que fique de todo segura aquela vila, que tem sido o meu flagelo com as contínuas revoluções em que tem andado, espero que se lá acharem o cômodo que alguns desejam, pelo tempo adiante [será] uma das melhores minas deste governo.¹²¹

A referência à precariedade das construções dos arraiais dos paulistas – recorrente na correspondência do conde de Assumar – corrobora a tese segundo a qual coube aos portugueses o desenvolvimento físico, econômico e artístico dos núcleos urbanos de Minas Gerais. Sylvio de Vasconcellos observa que, se não se pode duvidar

do mérito de suas descobertas, do brilho de suas andanças e da coragem de suas iniciativas, não parece, contudo, frente a análises mais profundas do problema, tivessem os paulistas

contribuído em muito para o posterior desenvolvimento da região que revelaram.¹²²

Segundo o autor, para chegar a tal conclusão basta comparar os fluxos migratórios. Os estudos genealógicos – entre outros – demonstraram que aproximadamente mil paulistas fixaram-se de modo definitivo em Minas Gerais, enquanto a quantidade de imigrantes reinóis é avaliada em torno de oitocentos mil. O historiador sublinha também a forte superioridade dos portugueses nos ofícios ligados ao comércio e à construção civil. De fato, não se conhece nenhum artista ou mestre de obra paulista que tenha trabalhado nas construções mineiras. A maior parte dos pedreiros, pintores e entalhadores era portugueses ou seus descendentes diretos, nascidos nas Minas. Os portugueses também eram maioria entre os que detinham postos de comando e decisão. Sobretudo a partir de meados do século, a pequena classe dominante da sociedade mineira que ocupava os cargos administrativos era composta por homens brancos oriundos, quase todos, de Portugal.¹²³ Estes imigrantes vinham principalmente das províncias setentrionais (Minho, Trás-os-Montes, Douro e região do Porto); as famílias de Lisboa ou do sul de Portugal eram raras. Na medida em que estimulava “um rápido e bem-sucedido transplante da cultura portuguesa”, esta origem comum da população contribuiu muito para a consolidação da sociedade nas zonas mineradoras, nas quais o povoamento tendia a ser instável e transitório.¹²⁴

Cabem, contudo, algumas ressalvas à tese de Vasconcellos, pois, de certo modo, ela reproduz e perpetua um preconceito em relação aos paulistas que se tornou manifesto nas declarações do rei e dos governadores a partir da Guerra dos Emboabas. Não deve haver dúvidas de que os bandeirantes eram capazes de criar estabelecimentos urbanos permanentes: desde a fundação de São Paulo, no século XVI, diversas povoações foram criadas por esta população e várias delas receberam o título de vila no século seguinte: Santana do Parnaíba (1625), Taubaté (1645), Jundiá (1655), entre outras.

Por outro lado, deve-se notar que, nas Minas do século XVIII, as condições políticas e econômicas eram diversas, e, consequentemente, o procedimento dos bandeirantes foi ali bem distinto. Também é necessário levar em consideração o fato de que as

informações que se tem sobre alguns paulistas confirmam, de certo ponto de vista, o julgamento da maioria das autoridades metropolitanas. Que fosse pela “paixão de conquistar”¹²⁵ que os movia, ou para fugir dos credores, do fisco ou da justiça, ou ainda pela aversão que tinham a qualquer forma de autoridade que não emanasse do seu próprio clã, os paulistas mudavam com frequência de domicílio. Embrenhando-se nos sertões, procuravam se afastar ao máximo das vilas e arraiais, ou seja, dos centros mais controlados da região mineradora.

Não obstante, eles pareciam conscientes de que, mais cedo ou mais tarde, os agentes do poder metropolitano terminariam por alcançá-los. Neste caso, porém, eles também sabiam que, não tendo outra escolha, as autoridades da colônia acabavam atribuindo ao descobridor a autoridade para gerir o estabelecimento nascente. Pelo menos durante algum tempo: assim que o fisco e a justiça de Sua Majestade tornavam-se muito presentes e opressivos, os paulistas reiniciavam suas andanças. Tratava-se, portanto, de um fenômeno cíclico, que Laura de Mello e Souza chamou de “movimento contraditório da aventura aurífera”. Como salientou a autora, os caudilhos de Minas – na maior parte, paulistas – que partiam em busca de tesouros, também esperavam gestos de reconhecimento da parte da Coroa. Ora, uma vez concretizada tal “premiação” – geralmente, pela concessão de títulos e cargos honoríficos –, “logo se desencadeava a ruptura entre as duas partes, fruto da necessidade de consolidação do Estado fiscalista”.¹²⁶

Foi o que aconteceu com dois régulos de Pitangui. Em 1717, o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva abandonava suas propriedades na região do Rio das Velhas e partia com a família em direção ao oeste para desbravar os sertões goianos. Seu genro, Domingos Rodrigues do Prado, partiu ao seu encontro após a rendição dos rebeldes de Pitangui, diante da tropa dos Dragões.¹²⁷ Os dois logo descobriram ricas minas de ouro, e, em 1725, o velho Bueno da Silva era a principal autoridade política e militar do arraial de Santana, exercendo a função de capitão-mor que lhe fora outorgada pelo governador de São Paulo – capitania à qual pertencia o território goiano.¹²⁸

Quatorze anos mais tarde, ocorreria um movimento em sentido contrário: era a vez de outros pioneiros das minas de Goiás – os paulistas Estanislau de Toledo Pisa e seu primo, o guarda-mor Feliciano Cardoso de Camargos – abandonarem suas lavras para fugir do fisco e dos seus credores. De volta ao território mineiro, eles foram os primeiros habitantes de Tamanduá, um dos mais antigos núcleos de povoamento dos sertões do oeste de Minas.¹²⁹

REBELIÕES SERTANEJAS E SEDIÇÕES URBANAS: A INSUBMISSÃO DOS MINEIROS

Em 1715, Dom Brás Baltazar já havia se queixado ao rei a respeito da “liberdade” na qual viviam esses colonos, em meio a brenhas tão densas que, mesmo quando situadas perto das povoações, as autoridades não podiam alcançá-los, pois eles, propositalmente, não abriam caminhos ligando-os às vilas.¹³⁰ De fato, os paulistas não eram os únicos a buscar a solidão e a liberdade nos “matos”, currais e em lugares distantes dos centros urbanos; outros habitantes da região mineradora também utilizavam a mesma astúcia para escapar das autoridades.

A partir do governo de Assumar, as mudanças previstas na forma de cobrança dos quintos bem como a implementação efetiva das estruturas de poder judiciário e militar causaram insatisfação também entre os reinóis. Nesta nova ordem que, pouco a pouco, a metrópole ia estabelecendo nas Minas, grande parte deles não conseguiria conservar as vantagens de que haviam se beneficiado até então. De fato, a carta régia de 25 de abril de 1719 previa uma reforma nas milícias, começando pela destituição dos oficiais “sem corpos”, ou seja, sem verdadeiros regimentos sob seu comando. Isso era uma tragédia para os portugueses que, graças à riqueza que haviam conseguido acumular e, sobretudo, aos seus títulos honoríficos, se situavam num patamar superior ao restante da população, embora suas origens fossem, na maior parte dos casos, bastante modestas. O próprio conde havia observado que, por trás dos “ruidosos e fantásticos títulos de coronéis, mestres de campo brigadeiros”, utilizados por todos os “grandes e poderosos das Minas”, estava uma gente sem instrução, “sem nome” e, quando abastados, sua fortuna era recente: ferreiros, barqueiros, comerciantes e taberneiros, um povo pequeno que não mais devia ocupar postos de importância da “república”.¹³¹

Dentre os opositores da nova política metropolitana, estava o líder reinol Manuel Nunes Viana. Após as negociações com Antônio de Albuquerque para pôr fim à Guerra dos Emboabas, este português havia abandonado suas minas para se isolar nos currais do São Francisco, de onde comandara diversos motins entre 1718 e 1720. Desejando exercer um poder absoluto naquelas paragens distantes, onde não havia ainda instituições oficiais, ele se associara ao padre Antônio Curvelo no intuito de transferir a jurisdição da região para a capitania da Bahia, cuja sede – a cidade de Salvador – era bastante afastada dos seus domínios, e onde os agentes do fisco eram menos eficazes do que em Minas.¹³²

O padre Antônio Curvelo havia sido designado para a freguesia de Matias Cardoso pelo arcebispo da Bahia e considerava que o território da sua jurisdição se estendia até a confluência do rio das Velhas com o São Francisco. Por isso, não reconhecia os padres nomeados pelo bispo do Rio de Janeiro para as igrejas da região e ameaçava de excomunhão os habitantes que aceitassem pagar impostos ao governo de Minas Gerais. Tais manobras contavam com o chefe do poder civil da Bahia, que tinha interesse em estender sua jurisdição por todo o vale do São Francisco. Manuel Nunes Viana, como procurador de Isabel Maria Guedes de Brito – a qual se considerava proprietária de uma extensão de 160 léguas na margem direita do São Francisco, que incluía a paróquia do padre Curvelo –, agia como um régulo, impondo suas leis e proibindo a população local de pagar o dízimo ao governo de Assumar.¹³³

Em novembro de 1718, o conde de Assumar, seguindo as ordens de Lisboa, pediu ao ouvidor do Rio das Velhas que visitasse os arraiais de Papagaio e Jaboticabas e escolhesse o melhor sítio para a construção de uma vila, que chamar-se-ia Nossa Senhora do Bom Sucesso.¹³⁴ Esperava-se que tal fundação, empreendida por uma autoridade de Minas Gerais, resolvesse definitivamente a questão dos limites com a Bahia.¹³⁵ Contudo, assim que o magistrado chegou ao arraial do Papagaio, uma multidão de mais de quatrocentas pessoas o impediu de instalar a vila, alegando que ele não fora enviado pelo governador da Bahia, a quem pertencia a jurisdição sobre aquela zona.¹³⁶

Assumar ficou profundamente contrariado ao tomar conhecimento do fracasso do ouvidor, mas aparentemente não procurou levar adiante o projeto de criação da vila.¹³⁷ Seus escritos da época

das rebeliões de Pitangui e do sertão do São Francisco sugerem que ele deixara de acreditar na utilidade da criação de novas municipalidades em terras tão insubmissas:

(...) não são tão danosas as hostilidades nos inimigos como os atrevimentos nos vassallos, e que é melhor ter menos cidades, e mais obedientes (...) porque cidade que se atreve contra os ministros do rei não é cidade do rei, é cidade livre, e liberdades não as hão de sofrer as coroas.¹³⁸

De qualquer forma, o conde provavelmente não teria tido recursos materiais para reagir às insolências da população de Papagaio, pois suas forças militares eram bastante limitadas e os últimos anos de sua gestão foram agitados por várias rebeliões.¹³⁹ Em sua correspondência dos anos de 1719 e 1720, Assumar afirmava que o governo de Minas “tem uns braços tão dilatados”, e parecia convencido de que uma das principais causas dos levantes estava na dispersão populacional e nas grandes distâncias que separavam os estabelecimentos nascentes – Pitangui e os arraiais do vale do São Francisco – das partes centrais da capitania, “animadas com a presença dos governadores e ministros”.¹⁴⁰

Ora, em pouco tempo, o governador teria a prova de que estes problemas não ocorriam exclusivamente em espaços específicos – no sertão, ou em “fronteiras” como a zona de Pitangui. Tampouco as rebeliões deveriam ser associadas a uma única categoria da população – os paulistas –, como pensavam algumas autoridades da metrópole. Em 1720, a sedição de Vila Rica explode no coração das Minas, sob o comando de portugueses cujo poder econômico e político estava ameaçado. Dentre os líderes estava Pascoal Guimarães – antigo superintendente das minas de Ouro Preto e companheiro de jornada de Dom Pedro de Almeida – e o brigadeiro João Lobo de Macedo, a quem o conde havia confiado anteriormente o governo de Pitangui. Foi após esta rebelião que a Coroa decidiu criar a capitania de Minas Gerais (separada da de São Paulo), fixando a residência de seus governadores em Vila Rica.

Como é sabido, a razão alegada para o levante era o projeto de instalação das “casas de fundição” e a mudança, prevista há muito tempo, no sistema de cobrança dos quintos. Este último iria se tornar, enfim, um imposto coerente e justo, já que a quinta

parte do ouro extraído por cada mineiro poderia ser retirada sem oprimir os pequenos proprietários de datas e os habitantes que não eram mineradores. No entanto, o pretexto era falso e escondia outros interesses. Os cabeças da rebelião obrigaram a população a participar de uma manobra que visava apenas à manutenção do seu poder econômico e político, que estava ameaçado pelas reformas previstas pelo conde.¹⁴¹

Assumar reprimiu duramente a revolta: segundo a tradição, ele teria mandado incendiar o morro onde se situavam a casa e as minas de Pascoal da Silva Guimarães. No entanto, a pena capital não foi aplicada contra este nem contra os outros poderosos que chefiaram a rebelião, incidindo apenas sobre Felipe dos Santos, um modesto comerciante cujo papel na rebelião tinha sido secundário. Ora, esta execução foi sumária, o que valeu a Assumar duras reprimendas de Lisboa, pois Felipe dos Santos, sendo homem branco e livre, teria direito a um julgamento.¹⁴²

Influenciado por tais acontecimentos, no “Discurso histórico e político” que lhe é atribuído, e que foi escrito após o fim de seu mandato, Dom Pedro de Almeida não mais responsabilizava uma ou outra categoria de habitantes pela instabilidade da região mineradora. Para ele, fossem paulistas ou reinóis, todos os mineiros se valiam:

quem viu um, pode seguramente dizer que tem visto todos os mineiros juntos, porque até alguns que tiveram melhor educação, e fora das Minas, eram de louvável procedimento, em chegando a elas ficam como os outros, e quais árvores mudadas seguem a natureza da região a que se transplantam.¹⁴³

Segundo Assumar, a causa das insurreições frequentes nas minas estaria ligada não apenas às origens humildes e às condições desmedidas de todos os mineiros, mas também ao clima instável, ao relevo montanhoso e às condições geológicas da região, que favoreceriam “a inquietação dos espíritos”.¹⁴⁴

Contudo, a história iria provar que a paisagem montanhosa e nevoenta das Minas Gerais nada tinha a ver com os frequentes motins. A instalação do aparelho judiciário e militar levada à cabo pelos governadores seguintes, bem como a implementação de uma política de conciliação entre os interesses régios e o interesse dos povos, tornaram possível o apaziguamento dos ânimos dos

mineiros. Se, durante todo o período colonial, a população soube demonstrar seu descontentamento diante dos rigores e da inconsistência do fisco, após os motins do São Francisco “eclipsam-se os levantes formais, em que os potentados jogavam cristas com as autoridades da metrópole”.¹⁴⁵

De fato, os sucessores de Assumar – Dom Lourenço de Almeida e André de Melo e Castro – tiveram uma visão mais clara a respeito dos limites dos meios coercitivos disponíveis na capitania e, por isso, não ousaram seguir à risca as ordens metropolitanas. Ainda que a contragosto, eles se mostraram bem mais abertos às negociações com os potentados locais.¹⁴⁶

DA INUTILIDADE DAS VILAS

O governo de Dom Pedro de Almeida representou uma virada na política metropolitana de concessão da autonomia municipal em Minas Gerais. Antes dele, Antônio de Albuquerque e Dom Brás Baltazar haviam usufruído do poder de decidir sobre a criação das vilas, e puderam, no curto período de 1711-1715, instituir sete municipalidades.

Quanto ao conde, ele foi severamente admoestado pela sua iniciativa de instituir, em 1718, a Vila de São José del-Rei, num arraial próximo à vila de São João del-Rei, sede da comarca do Rio das Mortes. No entanto, as justificativas que apresentara pareciam válidas, já que contemplavam as mesmas razões que haviam motivado a implementação do poder civil em Minas Gerais: a “boa administração da justiça” e eficácia do fisco. Apesar disso, segundo os conselheiros régios, Assumar não tinha o direito de se apropriar da prerrogativa de criar vilas: esta só havia sido concedida aos governadores precedentes por se tratar de um tempo em que “as minas começavam”, sendo necessário favorecer a formação de núcleos estáveis de povoamento.¹⁴⁷

Acatando o parecer do Conselho Ultramarino, em dezembro de 1718, Dom João V confirmou a criação de São José del-Rei, mas ordenou ao governador que não instituisse mais nenhuma vila sem ordem expressa de Lisboa.¹⁴⁸ A oportunidade surgiria alguns meses depois, quando o rei decidiu levantar vila no arraial do Papagaio, com o nome de “Nossa Senhora do Bom Sucesso” – fundação que o conde, como vimos, não logrou efetuar.

GOVERNADORES: A AVERSÃO AO PODER LOCAL

A dúvida que o conde de Assumar manifestara após o fim do seu mandato, acerca do interesse da instituição de novas vilas em Minas Gerais, foi partilhada pelos seus sucessores. Em 1722, Dom Lourenço de Almeida, encarregado de pôr fim à rebelião dos habitantes de Papagaio, também exprimiria uma opinião contrária à criação de mais concelhos no Serro do Frio – medida que era defendida pelo ouvidor desta comarca.

A carta que o governador enviou ao rei, em abril daquele ano, contém passagens que comprovam a imagem negativa que os representantes régios tinham dos centros de poder local da capitania, tanto em razão das rebeliões ocorridas nas diferentes vilas, quanto em função da capacidade que tinham as câmaras de resistir à tirania do fisco:

Faz-me preciso representar a Vossa Majestade, que por nenhum caso convém ao real serviço (...) que se criem mais vilas de novo, porque não têm outra nenhuma serventia mais do que serem uma oficina de vassalos desobedientes a Vossa Majestade, porque todas quantas pessoas [que] aspiram a serem vereadores, ou [que] já o foram, com o pretexto da utilidade do povo, são inimigos declarados de tudo quanto é serviço de Vossa Majestade, como testemunha a grande repugnância que todas as câmaras fizeram de pagar os reais quintos (...), porque absolutamente não queriam se pagasse nada; e assim, Senhor, por nenhum caso convém ao real serviço (...) o criar mais vilas de novo, antes se fora possível extinguir muitas das que estão criadas, fora Vossa Majestade nestas Minas mais bem servido e mais obedecido, porque não havia tantos zeladores do povo que só cuidam em fazerem conveniências ilícitas, e em se oporem a tudo quanto é serviço de Vossa Majestade, não querendo que estas Minas rendam (...) o que podem render; e (...) se representarem algumas razões que encontrem estas que digo, posso assegurar a Vossa Majestade que são afetadas e dadas por conveniência, porque por este motivo é que se representaram (...) as razões por algumas vilas que estão criadas, e não havendo nenhuma necessidade delas, antes tendo servido de prejuízo.¹⁴⁹

Em uma segunda carta para Lisboa, enviada alguns meses depois, o governador reforçava seus argumentos contra a criação de novas vilas:

Pela experiência que tenho dos povos destas Minas, dei conta a Vossa Majestade pela frota da Bahia, que por nenhum caso convém ao real serviço de Vossa Majestade que se criem de novo mais vilas, porque todos estes povos, enquanto são arraiais, vivem sossegadamente, por não terem ambição de entrarem nas governanças, porque em sendo vilas, logo se formam parcialidades sobre quem há de ser juiz e vereadores, e o pior é que, tomando o pretexto do bem comum e do povo, não querem consentir nada que seja em conveniência do real serviço de Vossa Majestade e aumento da sua Real Fazenda (...).¹⁵⁰

De fato, por diversas vezes, as câmaras de Minas Gerais procuraram reagir às medidas fiscais da Coroa. As contestações mais veementes diziam respeito ao quinto, pois os oficiais, em geral, defendiam seus próprios interesses. É preciso lembrar que em localidades como Vila Rica os cargos municipais foram ocupados principalmente por mineradores, pelo menos até 1734. Foi a partir do declínio da atividade mineradora e da crescente diversificação de atividades entre as camadas mais altas da sociedade de Minas que os comerciantes e fazendeiros começaram a ser eleitos para as câmaras.¹⁵¹

Apesar da veemência e da clareza de suas argumentações, no fim do seu governo, Dom Lourenço de Almeida se viu obrigado a aceitar a criação de um concelho – não no São Francisco, mas em outra zona de “fronteira” do norte da capitania.

Em 1727, uma bandeira, organizada no Serro do Frio, encontrara grandes jazidas auríferas nas margens do Araçuaí (afluente do rio Jequitinhonha), situadas a mais de quarenta léguas ao norte da Vila do Príncipe (Figura 3.4). A região foi rapidamente invadida por uma multidão de aventureiros, que erigiram diversos arraiais. Poucos anos depois, este fluxo tornar-se-ia ainda mais intenso, devido à descoberta de diamantes na comarca de Serro do Frio (Figura 3.5). Os descobertos do Araçuaí eram de tal importância que em 1728 as câmaras de Vila Rica e de Ribeirão do Carmo se cotizaram para abrir uma picada direta para as Minas Novas.¹⁵² No mesmo ano, temendo uma crise de abastecimento em Minas Gerais, o governador Dom Lourenço de Almeida lançava um bando proibindo o transporte de mantimentos para ao novo descoberto e ameaçava os condutores de “milho, farinhas, azeite e mais gêneros comestíveis” de prisão em Vila Rica, além do confisco dos mantimentos e animais. Um caminho ligando

Vila do Príncipe a Minas Novas foi aberto na mesma época, e Sua Majestade logo mandou o governador ali instalar registros.¹⁵³

Os limites setentrionais de Minas haviam sido estabelecidos pelo conde de Assumar, em 1721. Porém, isto não impediu que as autoridades baianas cobissem esta nova e promissora zona mineradora.¹⁵⁴ Graças às manobras de um grupo de paulistas chefiado pela família dos Prados, que preferiam submeter-se à Bahia (onde o fisco estava menos estruturado),¹⁵⁵ o novo distrito minerador foi, inicialmente, posto sob a autoridade de Vasco Fernandes, vice-rei da colônia, estabelecido em Salvador. Foi a ele que a Coroa comunicou, em maio de 1729, sua decisão de criar uma vila na região.

O novo concelho recebeu o nome que havia sido escolhido para Papagaio: “Nossa Senhora do Bom Sucesso”.¹⁵⁶ No entanto, a vila seria quase sempre designada por um topônimo alusivo à descoberta das jazidas de ouro: “Minas Novas”. Conquanto submetida ao vice-rei, ela foi colocada sob a autoridade judiciária mais próxima, ou seja, a do ouvidor da comarca de Serro do Frio. Foi, aliás, a este magistrado que coube realizar a instalação oficial da vila, como se vê num trecho da ordem do vice-rei:

Atendendo às repetidas mortes, roubos e insultos que se cometem no sertão desta capitania, por não haver justiça que faça reprimir e castigar os delinquentes, [Sua Majestade] foi servido ordenar-me criar vilas nos lugares em que as julgasse necessárias; e porque para as Minas Novas de Araçuaí e Fanado tem concorrido grande número de pessoas de toda a qualidade, e se fizeram várias desordens com grave dano do sossego público, ordeno ao Ouvidor geral da Comarca do Serro do Frio, a quem por ordem de Sua Majestade toca a correição das ditas minas, erija logo nelas uma vila, e convocando o povo que ali há, faça eleição de juizes e vereadores na forma da lei, os quais entrarão logo a servir com os provimentos e instruções que o dito ouvidor lhes der para o seu governo, e boa administração da justiça (...) que nesta diligência se haja com todo o acerto, e principalmente na escolha dos sujeitos que houverem de servir de juizes e vereadores, porque devem ser os mais idôneos, prudentes e abastados.¹⁵⁷

Por outro lado, segundo as ordens régias, o concelho ficaria subordinado, do ponto de vista administrativo e militar, ao vice-rei da Bahia. O que não satisfiz ao governador Dom Lourenço de

Almeida, que, em janeiro de 1730, tentou convencer as autoridades metropolitanas acerca da inutilidade de tais medidas:

As tais minas novas do Serro do Frio estão quase despovoadas, e somente nelas se conservam homens que andam fugidos das cadeias, ou por crimes, ou por dívidas, e também se tem perdido as esperanças de novos descobrimentos por aquela parte, porque voltaram as bandeiras de paulistas, que foram a descobrir, sem acharem ouro nenhum; presentemente foi para elas o Doutor Ouvidor Geral da Comarca do Serro do Frio para correição, na forma da nova ordem de Sua Majestade, pela qual foi servido declarar que, pelo que tocava à justiça, pertenciam as ditas minas ao dito ministro, e pelo que tocava ao governo, pertenciam ao da Bahia, e assim o tal ministro dará conta com toda a individuação; porém, parece-me que dirá que nem dão, nem darão ouro de suposição, e que tudo foi um engano que fizeram ao vice-rei, o qual por estar sumamente distante delas, as não pode examinar, e somente servirão, por causa da separação destas minas, de uma indizível perda para a Fazenda de Sua Majestade, a qual ainda vai continuando.¹⁵⁸

Apesar deste parecer contrário, Minas Novas acabou sendo efetivamente instituída pelo ouvidor em outubro de 1730, e a vila permaneceu subordinada às autoridades militares baianas durante mais de duas décadas.¹⁵⁹ Somente em 1757, Gomes Freire de Andrade convenceu o rei de integrá-la ao território de jurisdição do governador e capitão-general de Minas, reutilizando o forte argumento apresentado por Dom Lourenço de Almeida: o governador da Bahia, residindo a uma distância de mais de duzentas léguas (aproximadamente 1.300 km) da região, não tinha condições de combater o contrabando de diamantes extraídos da comarca de Serro do Frio, cuja rota passava pelo termo de Minas Novas.¹⁶⁰ Assim, a partir daquela data, a zona de Minas Novas permaneceu sob o controle da Bahia apenas do ponto de vista eclesástico, pois, conforme já indicamos, toda a parte da margem direita do São Francisco, situada ao norte da confluência com o rio das Velhas, fazia parte da jurisdição do arcebispo de Salvador.

Tais dados permitem supor que, devido à sua situação periférica, a fundação de Minas Novas não foi apenas uma consequência da expansão da zona de mineração, mas também das relações

de poder entre os diferentes representantes da Coroa na colônia e principalmente entre os governadores das capitanias.

Era a primeira vez – mas não a última – que tais questões interferiam na formação de um centro de poder local em Minas Gerais. Através de outros exemplos melhor documentados, veremos que, na segunda metade do século XVIII, paralelamente às fundações eclesiásticas já estudadas, diversas circunscrições civis foram instituídas a fim de assegurar às autoridades mineiras a posse dos novos núcleos de povoamento que iam surgindo em partes afastadas dos primeiros polos mineradores.

A AUTONOMIA MUNICIPAL NAS TERRAS DIAMANTINAS

No interior da capitania, existiu um território que esteve subordinado a regras particulares e, segundo a historiografia tradicional, a um sistema de administração da justiça diferente do que vigorava no reino de Portugal e em suas colônias: a Demarcação Diamantina, criada em 1734, logo após a descoberta de jazidas de diamante na comarca do Serro do Frio.¹⁶¹

Ao contrário da maioria das circunscrições civis da capitania, os limites do “distrito dos diamantes” foram definidos desde a sua criação,¹⁶² embora tenham sido posteriormente ampliados em função de novas descobertas. De acordo com a primeira delimitação – feita em 1737, pelo governador provisório da capitania Martinho de Mendonça de Pina e Proença, assistido pelo primeiro intendente, Rafael Pires Pardinho –, tal território apresentava uma forma elíptica, cujo eixo mais longo (norte-sul) media 12 léguas e o mais curto (leste-oeste), sete. Em 1757, ele passou a incluir o distrito de Minas Novas, recém-anexado à jurisdição do governo da capitania de Minas Gerais. A cartografia histórica do período permite visualizar estas diferentes configurações.¹⁶³

A vontade de exercer um controle absoluto sobre tão rico “distrito” levou a metrópole a colocá-lo sob a autoridade de um único homem, o Intendente de Diamantes, que detinha o poder administrativo, contencioso e criminal.¹⁶⁴ Segundo as regras estabelecidas para a demarcação, o intendente podia condenar, sem precisar abrir processo judiciário, os suspeitos de exploração clandestina e de contrabando de diamantes. As penas eram duras: confisco dos bens pessoais, expulsão da

demarcação e da capitania, ou mesmo o banimento para Angola. As denúncias eram encorajadas por recompensas que poderiam consistir em parte dos bens confiscados, ou mesmo numa carta de alforria, quando se tratava de escravos que denunciavam seus senhores. Além disso, os que não podiam justificar sua presença no distrito em função do cargo ou do ofício que exerciam eram automaticamente considerados como contrabandistas e expulsos sumariamente da demarcação. Em 1771, a metrópole chegou a proibir advogados de exercerem sua atividade no interior deste território, considerando que eles retardavam os procedimentos judiciais, que deveriam ser rápidos e sem formalidades.¹⁶⁵

Um estudo recente demonstrou a distância que existiu entre esta legislação e as práticas sociais e políticas no interior da Demarcação Diamantina.¹⁶⁶ Por um lado, os poderes do intendente não eram tão absolutos e tirânicos quanto se acreditava. Os governadores da capitania tinham meios de interferir nos assuntos da demarcação, e o fizeram diversas vezes. Todas as prisões – ou, pelo menos, as que concerniam aos homens brancos e ricos – acompanhavam-se da abertura de devassas e processos judiciais,¹⁶⁷ e alguns dos réus foram inocentados.¹⁶⁸ Por outro lado, os habitantes – sobretudo os mais abastados – souberam se organizar para contornar o regulamento. Aproveitando-se dos antagonismos entre as diversas autoridades, em particular, entre governadores e intendentes, e contando muitas vezes com a conivência destes últimos, as elites locais enriqueceram-se através de diferentes atividades, sobretudo do contrabando.

No entanto, deve-se notar que se a eficácia da legislação no controle da sociedade local pode ser contestada em diversos níveis, por outro lado, é inegável que o poder conferido aos intendentes e aos seus colaboradores neutralizou ou, pelo menos, enfraqueceu o poder municipal – no caso, o poder da câmara da Vila do Príncipe, cabeça da comarca do Serro do Frio –, na medida em que várias de suas atribuições e prerrogativas foram suprimidas.

Convém lembrar que a Demarcação Diamantina não incluía a Vila do Príncipe, mas compreendia uma grande parte do seu termo, inclusive o arraial do Tijuco, escolhido para sede da Intendência dos Diamantes, devido à sua proximidade com as lavras diamantíferas e ao tamanho da sua população, bem superior ao

da “cabeça de comarca”. Os oficiais da Vila do Príncipe foram, assim, destituídos de sua jurisdição sobre a parte mais rica e povoada do seu termo.

As querelas e delitos cometidos em grande parte do concelho não eram, portanto, julgados pelo juiz ordinário da Vila do Príncipe, mas pelo intendente. Além disso, a câmara perdeu o direito de controlar a atividade comercial, sobretudo nas partes do concelho incluídas no Distrito Diamantino: uma vez que os comerciantes eram considerados os principais contrabandistas de pedras, os intendentess buscavam reduzir ao mínimo o acesso dos mascates à região, bem como o número de vendas e de lojas dos comerciantes mais ricos.¹⁶⁹ Isso reduzia consideravelmente os rendimentos da câmara, visto que as taxas recebidas na aferição dos pesos e medidas e as multas impostas aos fraudadores eram algumas das principais fontes de receita das municipalidades.¹⁷⁰ Além disso, as licenças e “subsídios” – bastante elevados – que os comerciantes deviam pagar eram entregues ao intendente, e não à câmara.

Segundo regras estritas estabelecidas pelos intendentess, no Tijuco as vendas e as lojas só eram toleradas durante o dia; além disso, elas só poderiam se situar no centro, jamais na entrada do arraial, e menos ainda nas lavras de diamantes das redondezas. Em 1745, os mascates e os comerciantes de escravos foram proibidos dentro da demarcação e só podiam negociar na Vila do Príncipe.¹⁷¹ Na mesma época, muitos negociantes estabelecidos em outros arraiais da demarcação e do território municipal (Milho Verde, Gouveia, São Gonçalo, Rio Manso) foram acusados de contrabando e expulsos, apesar dos protestos dos camaristas.¹⁷² Com o passar do tempo, a câmara da Vila do Príncipe ver-se-ia progressivamente destituída de seus direitos, seja porque os limites da demarcação eram constantemente ampliados, seja porque as novas leis que foram sendo promulgadas incidiam também sobre estabelecimentos situados no exterior do Distrito Diamantino.

Em 1771, o sistema de exploração dos diamantes foi modificado, e um novo regulamento formulado para a demarcação: o Regimento Diamantino, mais conhecido como o “livro da capa verde”.¹⁷³ Este consistia, essencialmente, numa coletânea de leis e decretos existentes, mas continha algumas novidades, que

deram o golpe de misericórdia no que restava da autonomia da Vila do Príncipe. Com efeito, algumas das normas que, até então, eram aplicadas somente dentro da Demarcação foram estendidas a toda a comarca do Serro do Frio, incluindo, evidentemente, a povoação sede. Por exemplo, os artigos 33 e 34 do Regimento estipulavam que o intendente deveria reduzir ao mínimo indispensável o número de lojas, não apenas no Tijuco, mas também na Vila do Príncipe e nos arraiais vizinhos.¹⁷⁴ A abertura de novos estabelecimentos comerciais e a presença de mascates ficava proibida num raio de seis léguas do entorno da demarcação.¹⁷⁵

Lembre-se, contudo, que a aplicação de tais leis sempre dependeu da influência política e dos interesses pessoais dos intendentess e dos contratadores. As normas bastante estritas impostas aos habitantes da demarcação desde sua criação nem sempre foram respeitadas: fases de grande repressão alternavam-se com períodos de controle menos intenso, e de prosperidade das povoações. O arraial do Tijuco desenvolveu-se principalmente durante a época dos contratadores Felisberto Brant (1748-1751) e João Fernandes de Oliveira (1759-1771). Estes homens, bem como os intendentess do período, não perseguiram os garimpeiros nem os comerciantes como seus predecessores (e como alguns dos seus sucessores), pois estavam mais interessados em aumentar suas fortunas pessoais.¹⁷⁶ Desta época de prosperidade datam algumas das mais ricas construções do Tijuco, como a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, financiada pelo contratador João Fernandes de Oliveira.¹⁷⁷

A Vila do Príncipe pôde gozar de outros períodos de bonança, como os anos de 1773-1794, quando o intendente João da Rocha Dantas de Mendonça e seus sucessores permitiram que os oficiais da câmara retomassem o controle do comércio da vila. Sendo obrigada a respeitar o regulamento da demarcação – ou, pelo menos, a dar a impressão de que o fazia –, a câmara suprimiu, então, algumas vendas, mas, ao mesmo tempo, autorizou a abertura de outros estabelecimentos comerciais.¹⁷⁸ Durante este período, as taxas devidas pelos donos de vendas e lojas foram recolhidas pela câmara da Vila do Príncipe, e não pelos funcionários da intendência.¹⁷⁹

A situação muda em 1795, quando começa a gestão do intendente João Inácio do Amaral Silveira. Este chega com a missão de aumentar os rendimentos da demarcação, que vinham diminuindo há alguns anos, fazendo aplicar rigorosamente as disposições do Regimento. O intendente percebeu que a câmara da Vila do Príncipe se aproveitava de sua ausência (os intendentes residiam no Tijuco) para infringir a regulamentação e agir “com parcialidade e pouca vigilância na prevenção do contrabando”. Em 1796, ele decide pôr fim ao que considera como “práticas abusivas” da câmara, reduzindo, de forma radical, o número de estabelecimentos comerciais da vila: dos 91 existentes só permaneceriam 24.¹⁸⁰

Em 1800, a câmara perdia o que lhe restava de suas atribuições judiciárias: os juízes ordinários da vila foram destituídos de seu poder sobre os arraiais situados fora da Demarcação, que foram anexados à jurisdição do intendente.¹⁸¹ Na mesma época, os camaristas recebiam outras provas de sua pouca influência política: quando se discutia a criação de vilas nos arraiais do Tijuco e de Conceição do Mato Dentro, que se incluíam no termo da Vila do Príncipe, as autoridades da metrópole e o ouvidor da comarca sequer pensaram em consultar a câmara, sendo que este era o procedimento usual nestas situações.¹⁸²

Novos concelhos só seriam criados no final do século XVIII, e a maioria no Rio das Mortes – que era então a segunda comarca mais populosa, e a que mais prosperava na capitania. Os arraiais promovidos à condição de vila não eram mais grandes centros mineradores: situados em zonas agrícolas, tratava-se de importantes polos comerciais ou, ainda, de pontos estratégicos para a conquista das zonas periféricas da capitania e para a defesa de suas fronteiras. Além disso, tais localidades ou suas redondezas eram o local de residência de homens influentes da capitania.

A exemplo das vilas criadas no período entre 1711 e 1730, a instituição das vilas na fase final do período colonial não pode ser dissociada das necessidades do fisco, das disputas territoriais e das questões políticas locais – as quais, certamente, não eram as mesmas do início do século, mas se revelaram igualmente determinantes na definição da hierarquia urbana mineira.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 3, originalmente reunidas ao final da
primeira parte desse livro.**

pp. 252-256

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 3.1 – Localização das três primeiras sedes de comarcas.

Figura 3.2 – As comarcas e suas sedes no início do século XIX.

Figura 3.3 – Localização das três vilas instituídas em 1711.

Figura 3.4 – Localização das vilas instituídas no período 1713-1730.

Figura 3.5 – Detalhe da “Carta Topographica das terras entremeyas do sertão e destrito do Serro do Frio com as novas minas dos diamantes”, pelo capitão dos Dragões José Rodrigues de Oliveira. O documento data da época da descoberta dos diamantes e da fundação da Vila de Minas Novas (1730) e destaca a Vila do Príncipe e o arraial do Tijuco (doc. AHE).

As notas a seguir correspondem ao Capítulo 3, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 606-616

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹⁶² HOORNAERT *et al.* *História da igreja no Brasil*, t. 2.

¹⁶³ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 85.

¹⁶⁴ Esta distinção entre os símbolos gráficos da legenda é bastante coerente com as definições dos diferentes termos que ali figuram. Como já foi observado no primeiro capítulo, as aldeias “espontâneas” de índios, construídas sem a interferência de elementos da cultura dita “civilizada”, não pertencem à mesma categoria dos arraiais, já que não podem ser consideradas como “embriões de cidades”. Ver: AZEVEDO. *Embriões de cidades brasileiras*, p. 39-69.

¹⁶⁵ Ver: DAINVILLE. *Le langage des géographes*.

¹⁶⁶ Ver: “Mapa da Capitania de Minas Geraes” (Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército, cota 004-M9.d, documento do início do século XIX, copiado e assinado por L. M. S. Pinto).

¹⁶⁷ No entanto, no caso de Tamanduá, se os fregueses tivessem perdido sua igreja matriz, teriam podido contar apenas com a capela filial, uma vez que, segundo os dados disponíveis, somente no início do século XIX foram ali criadas capelas de imandades. Ver: TRENTADE. *Instituição de igrejas no bispado de Mariana*, p. 309; BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 223.

CAPÍTULO 3

A INSTALAÇÃO DO PODER CIVIL E A FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS (1709-1730)

¹ CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 221.

² CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 221.

³ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 86.

⁴ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 98.

⁵ RUSSELL-WOOD. *Comparative Studies in Society and History*, p. 196.

⁶ CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 245.

⁷ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*.

⁸ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 64.

⁹ Sobre os conflitos da primeira metade do século XVIII, ver: ANASTASIA. *Vassalos rebeldes*; FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América Portuguesa, p. 128-147.

¹⁰ Como no caso da viagem do conde de Assumar às Minas Gerais, da qual trataremos adiante. Ver: DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 295-316).

¹¹ Ver os comentários de Andrée Mansuy na obra: ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 427.

¹² HOLANDA. *Metais e pedras preciosas*, p. 267-269.

- ¹³ A Coroa pretendia, inicialmente, que somente portugueses ocupassem este posto; no entanto, o desembargador José Vaz Pinto, antigo ouvidor do Rio de Janeiro, parece ter sido um dos raros reinóis a se imiscuir diretamente nas questões ligadas à mineração, tendo sido o primeiro a exercer a função de superintendente nas minas de Cataguases, durante o período de 1702-1705. Mas, em suas ausências e após a partida de José Vaz Pinto, o governador do Rio de Janeiro teve que confiar tal função a paulistas (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 205). Segundo Paul Ferrand, o superintendente “encarregava-se de vigiar e dirigir as pessoas que trabalhavam nas minas; ele devia arbitrar as querelas e supervisionar os guardas-mores, que faziam a medição dos terrenos auríferos, de forma a reparti-los em datas, e distribuí-las aos que as pediam”. Ver: FERRAND. *L’or à Minas Gerais*, p. 80-82; ANDRADE. A administração das Minas do Ouro e a periferia do poder.
- ¹⁴ Segundo as informações disponíveis, todos os guardas-mores desta primeira fase eram paulistas: Garcia Pais e Manuel de Borba Gato (Rio das Velhas, 1698 a 1705); Pedro de Moraes Raposo (Rio das Mortes, 1708); Manuel Lopes de Medeiros e Domingos da Silva Bueno (Ribeirão do Carmo, 1700). Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 204-205, e v. II, p. 28-29.
- ¹⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I.
- ¹⁶ Durante os primeiros anos do século XVIII, o paulista Borba Gato – descobridor das primeiras jazidas do rio das Velhas – tornou-se superintendente das minas desta região, e foi encarregado de impedir o comércio clandestino (de escravos, gado e víveres) realizado através do “caminho da Bahia”, a fim de evitar o contrabando. Ver: NOTÍCIAS dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 39 *et seq.*).
- ¹⁷ Ver a tradução e o comentário crítico da obra realizados por Andrée Mansuy (ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 366-368).
- ¹⁸ A palavra indígena (tupi) *emboaba*, cuja etimologia é bastante controversa, era uma expressão pejorativa usada para designar aqueles que os paulistas consideravam como “intrusos” ou forasteiros: os portugueses e os “baianos”.
- ¹⁹ A questão do tamanho dos terrenos auríferos será tratada na terceira parte.
- ²⁰ GUIMARÃES; REIS; PEREIRA. *Mineração colonial*, p. 13.
- ²¹ FERRAND. *L’or à Minas Gerais*, p. 30.
- ²² SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 67.
- ²³ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 61-69.
- ²⁴ Sobre a ameaça francesa no Rio de Janeiro, ver: BICALHO. *A cidade e o Império*, cap. 2 e 3; SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 41-61.
- ²⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 235.
- ²⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 235-236, grifos nossos.
- ²⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 229.

- ²⁸ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 221.
- ²⁹ CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 221.
- ³⁰ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 221. Este comentário lembra um dos trechos mais conhecidos do relato de Antonil, que citamos anteriormente, o que não é uma simples coincidência. De fato, os membros do Conselho Ultramarino, em particular Antônio Rodrigues da Costa, conheciam muito bem este texto. Em 1711, quando o Rio de Janeiro já havia sofrido o ataque comandado por Duguay-Trouin, o conselheiro havia proposto a proibição da obra, já que ela continha informações estratégicas sobre os caminhos de acesso à região das descobertas. A este respeito, ver: SOUZA. *La conjuncture critique dans le monde luso-brésilien au début du XVIII^e siècle*, p. 11-24.
- ³¹ Antônio de Albuquerque era um dos altos funcionários que o rei havia enviado para a colônia. Homem de grande experiência, já havia exercido as funções de capitão-general e governador do Maranhão (1687-1691) e, em 1701, participara da delimitação da fronteira com o território das Guianas (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 71).
- ³² CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 230.
- ³³ Com efeito, além das atribuições usuais das municipalidades portuguesas, as câmaras de Minas Gerais foram encarregadas da cobrança de impostos sobre o ouro, cuja forma de cobrança variou ao longo do período colonial (VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 162).
- ³⁴ CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 241.
- ³⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 240-241. De fato, os quilombolas eram uma fonte constante de problemas para os governantes. Os conselheiros do rei temiam que “nas vastidões e liberdade das minas” os negros acabassem por criar quilombos tão perigosos quanto o célebre Palmares, que foi fundado na segunda metade do século XVII nos sertões nordestinos, e que resistiu durante 70 anos às expedições oficiais encarregadas de destruí-lo.
- ³⁶ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 223.
- ³⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 234.
- ³⁸ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 240. Sobre Matias Cardoso de Almeida, ver: PUNTONI. *A guerra dos bárbaros*; SANTOS. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*, capítulo 2.
- ³⁹ BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 152.
- ⁴⁰ Ver: BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. O paulista Manuel de Borba Gato era genro do bandeirante Fernão Dias e participou de sua célebre expedição. Segundo a historiografia, Borba Gato e seus camaradas

- foram os descobridores das primeiras jazidas de ouro na região do rio das Velhas. Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 75-90; VASCONCELLOS. *Bandeirismo*, p. 122.
- ⁴¹ Era o caso, por exemplo, de Natal, Filipéia (Paraíba) e Cabo Frio. Contudo, se a capital da capitania seria fixada em Vila Rica, o título de cidade, concedido em 1745, caberia à Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), que se tornou sede do bispado mineiro. Retornaremos à questão dos títulos e hierarquias urbanas na segunda parte.
- ⁴² Os conselheiros referem-se, precisamente, a “comarcas ou distritos de ramos”. Na Portugal do século XVII, os “ramos” correspondiam a subdivisões fiscais do território municipal, ou a tipos de mercadorias submetidas ao imposto das “sisas” (HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 118). No plano dos conselheiros, em cada uma dessas circunscrições, a coleta de impostos deveria ser confiada a um capitão-mor (comandante das milícias locais) ou então a particulares – os “rendeiros” ou “contratadores” (CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 231-234, p. 241).
- ⁴³ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 200-201.
- ⁴⁴ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 206.
- ⁴⁵ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 164.
- ⁴⁶ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 190.
- ⁴⁷ A data precisa da nomeação destes magistrados não é conhecida, mas considera-se que ela coincidiu com a nomeação de Antônio de Albuquerque para o governo de São Paulo e Minas Gerais. Com efeito, o historiador Feu de Carvalho cita diversas fontes que contestam a versão histórica do 6 de abril de 1714 como data da criação das comarcas, uma vez que em 1709 já haviam sido nomeados ouvidores para cada um dos distritos citados. Consultar: CARVALHO. *Creação de comarcas nos tempos coloniais*, p. 417-425. Ver, também: BARBOSA. *História de Minas*, v. I, p. 115.
- ⁴⁸ As demais comarcas mineiras só foram criadas no fim do período colonial: Paracatu – 1815 – e São Francisco – 1820 (CARVALHO. *Creação de comarcas nos tempos coloniais*, p. 420).
- ⁴⁹ Estes números eram conhecidos, pois, no sistema precedente – o de bateias –, os mineradores deviam pagar um montante fixo por cabeça de escravo.
- ⁵⁰ CARVALHO. *Creação de comarcas nos tempos coloniais*, p. 423.
- ⁵¹ CARVALHO. *Creação de comarcas nos tempos coloniais*, p. 423-425.
- ⁵² VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 122.
- ⁵³ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants*, t. I, p. 324 (nota de rodapé). O viajante inglês em questão é John Mawe, que precedeu Saint-Hilaire em alguns anos e cujo relato recebeu diversas críticas por parte deste francês.
- ⁵⁴ Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 91-97; VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 161-164; RAMOS. *A Social History of Ouro Preto*, p. 131 et seq.; BUGAUD. *Les villes de Minas Gerais au XVIII^e siècle (1711-1745)*, p. 145.
- ⁵⁵ Carta régia de 9 de novembro de 1709 (APM, SC 5, fl. 23).

- ⁵⁶ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 79-80.
- ⁵⁷ Vasconcelos cita um documento que demonstra que tal política de equidade desagradou aos paulistas, os quais esperavam, pelo contrário, que os emboabas fossem castigados pelo governador, alimentando a esperança de voltarem a ser os “senhores absolutos das Minas” (carta de Antônio de Albuquerque ao rei, datada de 3 de abril de 1710). Aliás, aguardando que justiça lhes fosse feita, boa parte desta população havia deixado as Minas e se refugiado em São Paulo, Guaratinguetá e outras vilas da capitania (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 91).
- ⁵⁸ Citemos um exemplo: o procurador da Coroa então nomeado para a região do rio das Velhas era reinol e exercia uma tarefa que, no início da ocupação, fora confiada ao paulista Manuel de Borba Gato: a repressão do contrabando de ouro feita pela estrada para a Bahia (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 96).
- ⁵⁹ Para recompensar esta lealdade, Albuquerque concedeu ao arraial de Nossa Senhora do Carmo o título de “Vila Leal”. Ver: INFORMAÇÃO das antiguidades da Cidade Mariana, p. 252.
- ⁶⁰ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 87-88.
- ⁶¹ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 87-88.
- ⁶² VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 93-95.
- ⁶³ CREAÇÃO de Villas no período colonial (RAPM, II, 1897, p. 81-82).
- ⁶⁴ CREAÇÃO de Villas no período colonial (RAPM, II, 1897, p. 84).
- ⁶⁵ VASCONCELOS. *História antiga de Minas Gerais*, v. II, p. 94.
- ⁶⁶ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, t. 1, p. 136.
- ⁶⁷ *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Constructora da Nova Capital*, apud SALGUEIRO. *La casaque d'Arlequin*, p. 42.
- ⁶⁸ CREAÇÃO de Villas no período colonial (RAPM, II, 1897, p. 86).
- ⁶⁹ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 162.
- ⁷⁰ VASCONCELOS. *Bandeirismo*, p. 122.
- ⁷¹ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 81-91.
- ⁷² VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 103.
- ⁷³ A concessão do título de cidade a São Paulo, que não era nem praça forte nem (ainda) cidade episcopal, constituiu, sem dúvida, uma medida a mais para compensar as perdas sofridas pelos paulistas com a chegada em massa dos reinóis. Retomaremos a questão da concessão dos títulos no Capítulo VII.
- ⁷⁴ Os critérios de definição dos “homens bons” eram os seguintes: ser maior de 25 anos, economicamente independente, ter boa reputação, ser chefe de família. Ver o verbete “homens bons” no glossário organizado por Maria Verônica Campos, o qual integra a edição do *Código Costa Matoso* (v. 2, p. 102).
- ⁷⁵ BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império, p. 192.

- ⁷⁶ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 161-162.
- ⁷⁷ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 161-162.
- ⁷⁸ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 163.
- ⁷⁹ Ver: CREAÇÃO de Villas no periodo colonial (*RAPM*, II, 1897, p. 89-90).
- ⁸⁰ Carta régia de 24 de julho de 1711 – APM, SC 5, fl. 26, *apud* BUGAUD. Les villes de Minas Gerais au XVIII^e siècle (1711-1745), p. 152.
- ⁸¹ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 129.
- ⁸² CREAÇÃO de Villas no periodo colonial (*RAPM*, II, 1897, p. 91).
- ⁸³ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*.
- ⁸⁴ RUSSEL-WOOD. Governement in Portuguese America, p. 198-199.
- ⁸⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 121-128.
- ⁸⁶ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 139.
- ⁸⁷ CREAÇÃO de Villas no periodo colonial (*RAPM*, II, 1897, p. 91).
- ⁸⁸ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 128-130.
- ⁸⁹ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 132.
- ⁹⁰ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 131.
- ⁹¹ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 130-131. As juntas dos anos de 1718 e 1720 também não contariam com a presença dos representantes de Pitangui.
- ⁹² Carta de 2 de maio de 1717 (APM, SG, cód. 3, fl. 49v, *apud* DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 131).
- ⁹³ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 295-316).
- ⁹⁴ SOUZA. Um documento inédito: o discurso da posse de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, como governador das capitanias de São Paulo e Minas do Ouro em 1717, p. 31.
- ⁹⁵ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 307).
- ⁹⁶ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 307-308).
- ⁹⁷ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 302).
- ⁹⁸ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 303).
- ⁹⁹ Sobre as regras de etiqueta nas festas e cerimônias de Minas Gerais, ver: KANTOR. Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas, p. 112-121.

- ¹⁰⁰ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 303).
- ¹⁰¹ SOUZA. *Norma e conflito*, p. 33.
- ¹⁰² SOUZA. *Norma e conflito*, p. 40.
- ¹⁰³ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 306).
- ¹⁰⁴ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 309).
- ¹⁰⁵ Segundo informações disponíveis em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*; até 1717, praticamente nenhum arraial estava constituído na parte meridional da capitania.
- ¹⁰⁶ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 312).
- ¹⁰⁷ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 313).
- ¹⁰⁸ DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPHAN*, p. 314-315).
- ¹⁰⁹ Como é sabido, o termo currais referia-se às zonas de pecuária extensiva dos sertões do São Francisco.
- ¹¹⁰ APM, SG 11, fl. 141, *apud* DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 132.
- ¹¹¹ Este poderoso paulista era o principal líder das rebeliões de Pitangui. Naquele momento, ele havia deixado a vila, indo retirar-se em suas terras próximas a São Paulo. Em 1719, volta a Pitangui e participa da expulsão do brigadeiro. Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 170-172; DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 145-149.
- ¹¹² CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 225.
- ¹¹³ CONSULTA do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1709. *Documentos históricos*, p. 225, 230.
- ¹¹⁴ Sobre os tipos de jazidas e filões auríferos e sobre os sistemas de exploração utilizados pelos mineradores, ver: FERRAND. *L'or à Minas Gerais*.
- ¹¹⁵ Instruções do governador ao brigadeiro, datada de 28 de julho de 1718, e citadas por: DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 141-144.
- ¹¹⁶ Carta do governador ao Ouvidor do Rio das Velhas, datada de 9 de setembro de 1718 (APM, SG 11, fl. 48v, *apud* ANASTASIA. *Vassalos rebeldes*, p. 93).
- ¹¹⁷ Carta do governador ao Ouvidor do Rio das Velhas, datada de 9 de setembro de 1718. (APM, SG 11, fl. 48v, *apud* ANASTASIA. *Vassalos rebeldes*, p. 93).

- ¹¹⁸ Ver citação na seção seguinte.
- ¹¹⁹ DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*.
- ¹²⁰ Tratava-se de uma cerimônia simbólica, na qual se queimava ou se destruía um objeto, geralmente um boneco, que representava o infrator. Ver: SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 78-79; ANASTASIA. *Vassalos rebeldes*, p. 93.
- ¹²¹ Carta do conde D. Pedro de Almeida ao rei, datada de 9 de fevereiro de 1720, *apud* DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 146, p. 148.
- ¹²² VASCONCELLOS. A arquitetura colonial mineira, p. 60.
- ¹²³ A este respeito, consultar: FURTADO. *O livro da capa verde*, p. 47.
- ¹²⁴ MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 114.
- ¹²⁵ Segundo a expressão do frei Gaspar da Madre de Deus, citada em: HOLANDA. *As bandeiras na expansão geográfica do Brasil*, t. I, v. I, p. 296.
- ¹²⁶ SOUZA. *Os desclassificados do ouro*, p. 101.
- ¹²⁷ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 255.
- ¹²⁸ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 163-166. O território de Goiás fez parte da capitania de São Paulo até 1748, quando se tornou uma capitania autônoma.
- ¹²⁹ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 170; BARBOSA. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*, verbetes “Itapecerica”, p. 163, e “Desemboque”, p. 112.
- ¹³⁰ Carta de 28 de março de 1715 (APM, SC 4, fl. 396v).
- ¹³¹ DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, p. 63-64.
- ¹³² VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 152-157.
- ¹³³ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 152-157. Dona Isabel era herdeira de Antônio Guedes de Brito, a quem o rei havia concedido esta imensa sesmaria no século XVII. Um dos limites desta concessão era a “barra” (confluência) do rio das Velhas, mas Isabel Brito e seu procurador Manuel Nunes Viana pretendiam dominar uma parte bem mais ampla do vale do São Francisco.
- ¹³⁴ APM, SC 11, fl. 70.
- ¹³⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 157.
- ¹³⁶ AHU, cx. 1 doc. 70, 20-11-1718. Segundo Diogo de Vasconcelos, uma parte da população apoiou voluntariamente a iniciativa de Viana (enquanto que a outra se viu obrigada a fazê-lo) porque, como “súditos” da Bahia, não mais estaria sujeita ao rigoroso e eficaz sistema fiscal da capitania de Minas (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 156-158).
- ¹³⁷ Como veremos adiante, coube aos seus sucessores a solução do problema. Papagaio não se tornaria uma vila, mas apenas a sede de um “julgado”, circunscrição que gozava de uma autonomia judiciária parcial.

- ¹³⁸ DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, p. 184.
- ¹³⁹ Em 1719, o governador combatia os sediciosos de Pitangui e se preparava para enfrentar uma “insurreição universal” de escravos que, segundo boatos espalhados pela capitania, estava prevista para a quinta-feira santa de 1719. Em 1720, explode a sedição de Vila Rica (VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 167-209).
- ¹⁴⁰ Carta de 9 de fevereiro de 1720, *apud* DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 145.
- ¹⁴¹ Segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, alguns líderes do movimento teriam objetivos bastante precisos: o português Sebastião da Veiga Cabral, ex-governador da Colônia do Sacramento, queria o lugar do conde de Assumar. Manuel Mosqueira Rosa desejava recuperar o lugar de ouvidor, que perdera devido a acusações de corrupção (BARBOSA, *História de Minas*, v. I, p. 133-136).
- ¹⁴² Ver: SOUZA. Estudo crítico, p. 25.
- ¹⁴³ DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, p. 64.
- ¹⁴⁴ Segundo o autor do “Discurso”, “o ouro esconderia em seu seio diversos males e excrementos”, dos quais saíam “vapores e fumaças” que corrompem o ar e transmitem a “maldade” aos indivíduos. Laura de Mello e Souza associa as ideias do conde à “teoria médica dos humores, que definia os temperamentos individuais segundo afinidades bem estabelecidas com os quatro elementos e via os temperamentos nacionais como o resultado das condições climáticas de cada região”. Ver: SOUZA. Estudo crítico, p. 44-47.
- ¹⁴⁵ Ver: SOUZA. Estudo crítico, p. 24. Com efeito, a partir desta época as sedições estarão intimamente ligadas à inconstância do fisco. É o que ocorre entre 1736 e 1738, quando um novo projeto de reforma do sistema de cobrança dos quintos (com a adoção do método da capitação, ou seja, da cobrança por cabeça de escravo) provoca uma rebelião contra o governador provisório Martinho de Mendonça. Esta rebelião será comandada pelos magnatas dos sertões do São Francisco. Sobre este tema, consultar: VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 109 *et seq.*; FIGUEIREDO. Furores sertanejos na América portuguesa, p. 128-147.
- ¹⁴⁶ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 137-140.
- ¹⁴⁷ Parecer do Conselho Ultramarino de 24 de dezembro de 1718 (AHU, cx. 1, doc. 73).
- ¹⁴⁸ Carta datada de 24 de dezembro de 1718 (AHU, cx. 1, doc. 73).
- ¹⁴⁹ Carta de Dom Lourenço de Almeida, 18 de abril de 1722 (RAPM, XXXI, 1980, p. 113-114).
- ¹⁵⁰ Carta de Dom Lourenço de Almeida, 14 de outubro de 1722 (RAPM, XXXI, 1980, p. 131-132).
- ¹⁵¹ RUSSELL-WOOD. Local Government in Portuguese America, p. 198-199.
- ¹⁵² BARBOSA. Os 250 anos de Minas Novas, p. 173.

- ¹⁵³ BARBOSA. Os 250 anos de Minas Novas, p. 175-178.
- ¹⁵⁴ O bando, datado de 23 de abril de 1721, foi expedido pelo conde de Assumar no fim do seu mandato, e publicado solenemente em todos os arraiais do norte da capitania. O documento estabelecia como limite entre Minas Gerais e Bahia o rio Verde, desde suas nascentes até a confluência com o rio São Francisco – limite ainda válido atualmente (VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 55-56).
- ¹⁵⁵ Este grupo era composto por membros da família Prado, que recebeu apoio dos padres enviados à região pelo bispo da Bahia para que se consagassem capelas construídas pelos habitantes da margem direita do São Francisco (VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 53-56; VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 157).
- ¹⁵⁶ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 56-57.
- ¹⁵⁷ Transcrição da carta do Conde de Sabugosa, Vice-rei, 17 de abril de 1730 (AHU, cx. 22, doc. 42).
- ¹⁵⁸ Carta de D. Lourenço de Almeida, 17 de janeiro de 1730 (AHU, cx. 16, doc. 16).
- ¹⁵⁹ *RAPM*, II, 1897, p. 93-94.
- ¹⁶⁰ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 56-58.
- ¹⁶¹ A maior parte das informações disponíveis sobre a Demarcação encontra-se na obra de: SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*.
- ¹⁶² SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 57.
- ¹⁶³ Diversos mapas, conservados em arquivos brasileiros e portugueses, foram publicados em obras recentes. Ver, especialmente: COSTA; RENGGER; FURTADO; SANTOS. *Cartografia das Minas Gerais*; COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*.
- ¹⁶⁴ Segundo Joaquim F. dos Santos (*Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 246), no início do século XIX a única jurisdição que escapava ao intendente era a que concernia aos bens dos órfãos e ausentes, que estava nas mãos do juiz de fora da Vila do Príncipe. A esse respeito, ver, também: COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 82.
- ¹⁶⁵ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 74.
- ¹⁶⁶ FURTADO. *O livro da capa verde*.
- ¹⁶⁷ Um dos documentos que consultamos contradiz algumas afirmações de Júnia Furtado, mas sua veracidade necessitaria ser investigada. Em uma carta enviada ao rei em 1801, o ouvidor da comarca de Serro do Frio, Antônio Seabra da Mota e Silva, sugere que o intendente era o único responsável pela administração da justiça em primeira instância na Demarcação e que todas as causas eram julgadas “de modo sumário e sem os atrasos ou sursis dos tribunais” (AHU, cx. 156, doc. 25).

- ¹⁶⁸ Júnia Furtado apresenta uma análise bastante interessante dos processos de 351 habitantes da Demarcação, presos entre os anos de 1771 e 1806. Ver: FURTADO. *O livro da capa verde*, p. 90-112.
- ¹⁶⁹ Segundo J. Felício dos Santos, “eram os negociantes quem mais procuravam os diamantes, para remetê-los aos portos marítimos da Bahia e do Rio de Janeiro, e com eles saldar seu débito pelos gêneros que importavam” (SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 177).
- ¹⁷⁰ Sobre a tributação que incidia sobre as atividades comerciais, consultar: CHAVES. *Perfeitos negociantes*, p. 58-80.
- ¹⁷¹ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 81.
- ¹⁷² SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 72-73.
- ¹⁷³ FURTADO. *O livro da capa verde*, p. 113-121.
- ¹⁷⁴ FURTADO. *O livro da capa verde*, p. 134.
- ¹⁷⁵ Júnia Furtado afirma que ambas as proibições, embora sempre renovadas, não foram efetivamente cumpridas (FURTADO. *O livro da capa verde*, p. 138). Esta observação parece válida para o caso dos mascates, cujo controle era mais difícil, como demonstram diversos exemplos analisados pela autora. Por outro lado, Joaquim dos Santos cita vários documentos que comprovam que, em diversas ocasiões, o número de lojas e vendas foi efetivamente reduzido pelos intendentes, tanto no Tijuco quanto na Vila do Príncipe. Ver: SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 65-66, p. 177-179.
- ¹⁷⁶ A este respeito, ver: SOUZA. O governador, os garimpeiros e os quilombolas.
- ¹⁷⁷ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 125.
- ¹⁷⁸ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 177.
- ¹⁷⁹ APM. SC. 196, fl. 30 v-33, *apud* FURTADO. *O livro da capa verde*, p. 149.
- ¹⁸⁰ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, p. 177-178.
- ¹⁸¹ Carta de Antônio Seabra da Mota e Silva, Ouvidor de la comarca de Serro do Frio (AHU, cx. 156, doc. 25).
- ¹⁸² Retomaremos este assunto no capítulo seguinte.